



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

**JEOVANE APARECIDO DE AMORIM**

**O ESTADÃO E AS ELEIÇÕES: ANÁLISE DA CAMPANHA  
ELEITORAL DE 1945 COM BASE NA LEITURA DO JORNAL O  
ESTADO DE S. PAULO**

---

Londrina

2010

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

A524e Amorim, Jeovane Aparecido de.  
O Estadão e as eleições : análise da campanha eleitoral de 1945 com base na leitura do Jornal O Estado de S. Paulo / Jeovane Aparecido de Amorim. – Londrina, 2010.  
52 f.

Orientador: Isabel Aparecida Bilhão.  
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Historiografia – Eleições – Era Vargas – TCC. 2. Jornal O Estado de S. Paulo – Movimentos políticos (1945) – TCC. 3. Partido Trabalhista Brasileiro – Imprensa – TCC. I. Bilhão, Isabel Aparecida. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 930.2:324

**JEOVANE APARECIDO DE AMORIM**

**O ESTADÃO E AS ELEIÇÕES: ANÁLISE DA CAMPANHA  
ELEITORAL DE 1945 COM BASE NA LEITURA DO JORNAL O  
ESTADO DE S. PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao curso de graduação Licenciatura em  
História, da Universidade Estadual de Londrina,  
como pré-requisito para conclusão de curso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Isabel A. Bilhão

Londrina

2010

**JEOVANE APARECIDO DE AMORIM**

**O ESTADÃO E AS ELEIÇÕES: ANÁLISE DA CAMPANHA  
ELEITORAL DE 1945 COM BASE NA LEITURA DO JORNAL O  
ESTADO DE S. PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao curso de graduação Licenciatura em  
História, da Universidade Estadual de Londrina,  
como pré-requisito para conclusão de curso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Isabel A. Bilhão

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Isabel A. Bilhão Orientadora

---

Prof. Dr. Jorge Luiz Romanello

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edméia Aparecida Ribeiro

Londrina

2010

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo Dom da minha vida, e não menos importante às pessoas que me ajudaram a chegar até este momento.

Agradeço aos meus pais pela educação recebida, pelos conselhos e todo amor dispensado a mim e minhas irmãs.

Agradeço a minha noiva Karen por compartilhar este momento e por estar sempre ao meu lado neste início de vida acadêmica.

Agradeço a minha orientadora Isabel Bilhão pela paciência e conselhos ao longo destes mais de dois anos de orientação e por me manter com os pés no chão, senão sabe Deus o que seria deste trabalho.

Agradeço aos professores que contribuíram cada um com sua experiência e sabedoria para meu crescimento acadêmico.

E não menos importante agradeço os funcionários e colaboradores do CDPH (Centro Documentação e Pesquisa Histórica), que me auxiliaram e muito nesta pesquisa e me receberam de forma eficiente.

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento do jornal *O Estado de S. Paulo* em relação aos movimentos políticos que aconteceram em 1945 em virtude do processo de redemocratização, que culminou com a eleição presidencial, em dezembro daquele ano. As principais questões abordadas neste trabalho serão: a contextualização do primeiro governo Vargas, utilizando como base na literatura especializada sobre o período; uma breve história do jornal *O Estado de S. Paulo*; a construção da imagem do General Eurico Gaspar Dutra por parte do jornal; a forma como o veículo tratou o movimento Queremista; e o como o jornal se posicionou em relação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Estado do Paraná, tentando identificar a candidatura de Dutra com os trabalhadores, que naquele momento eram uma força política de grande importância para a definição das eleições.

## **Palavras- chave**

Eleições - Partido Trabalhista Brasileiro - Imprensa

## **Abstract**

The objective of this study is to analyse how the newspaper *O Estado de S. Paulo* has understood the political movements that took place in 1945 because of the redemocratization process that culminated with the presidential election of 1945.

The main points focused are: a contextualization of the first Vargas government using renowned authors who have written about the period, a brief history of the newspaper *O Estado de S. Paulo*, the exaltation of Eurico Gaspar Dutra by the newspaper *O Estado de S. Paulo*; how was the newspaper view about the Queremista movement, and how the newspaper comprises the relation with the Brazilian Labor Party (PTB) of Paraná State in an attempt to characterize Dutra's candidacy with the workers which were a political force in that time with great importance that could be define the election.

## **Key-words**

Election – Brazilian Labor Party - Press

## Sumário

Introdução	7
Capítulo I - O governo Vargas, uma breve contextualização	12
Capítulo II - O Estado de S. Paulo e as eleições	27
2.1 O jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> : uma breve história	27
2.2 A tentativa de construção do mito Dutra pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	37
Capítulo III – O jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> e os trabalhadores	37
3.1 A campanha de Dutra e o Queremismo	37
3.2 <i>O Estado de S. Paulo</i> e o PTB paranaense	44
3.3 Os desdobramentos do pleito de 1945	48
Considerações Finais	49
Referências Documentais	51
Referências Bibliográficas	51



## Introdução

Este trabalho procura analisar uma peculiaridade das eleições presidenciais de 1945, nas quais a busca por apoio das massas operárias levou o Jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) a procurar adesões para candidatura de Dutra, valorizando a aliança entre o Partido Social Democrático, de Dutra, e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Contudo, logo após o surgimento do PTB, em 1945, iniciou-se também uma manifestação popular, conhecida como Queremismo e o jornal negou apoio a esse movimento que agitava os ânimos populares. O marco cronológico da análise a ser realizada é o momento de transição entre o fim do Estado Novo Vargas e da redemocratização, em 1945, em especial os meses de julho a setembro. Porém, preciso antes apresentar o porquê das escolhas que fiz para delimitar o tempo e os objetos desta pesquisa.

Durante a elaboração deste trabalho, na revisão bibliográfica, entrei em contato com um artigo de José Luiz Braga, no qual ele apresenta algumas questões que o levaram a pesquisar sobre o Jornal *O pasquim*. E foi este texto que me levou a refletir sobre como cheguei ao estudo do PTB por meio da análise *d'O Estado de S. Paulo*.

O que me motivou? Quais questionamentos eu poderia propor ao meu objeto? O que me motivava a escrever sobre este objeto? E porque uma fonte como o Jornal *O Estado de S. Paulo*?

As respostas para estas perguntas passaram por várias transformações até chegar aos atuais objetivos. Assim, posso dizer que o período republicano brasileiro sempre me interessou, então optei por estudar os partidos políticos na época de Getúlio Vargas, e acabei me deparando com o PTB, que nasceu sob sua influência e foi algo que na primeira leitura que fiz me encheu de dúvidas, e aí surgiram aquelas questões, por quê? Como? Onde? E logo depois me questioneei sobre o envolvimento entre a campanha de Dutra e o PTB, e *O Estado de S. Paulo* originando a idéia deste trabalho.

Contudo, a escolha da fonte foi um processo em que, posso dizer, fui influenciado pelo projeto de pesquisa do qual participo<sup>1</sup>, pois por seu intermédio tive contato com a pesquisa em jornais. Dessa forma, realizei a primeira “troca de olhares” com periódicos de

---

<sup>1</sup> Trata-se do projeto “Imagens e Mensagens do Primeiro de Maio: disputas e transformações da data ao longo do período republicano brasileiro”, coordenado por Isabel Bilhão.

esquerda e de vários períodos da vida republicana brasileira e foi aí que me perguntei qual seria a visão de um jornal publicado para outros grupos sociais? Mas, logo depois descobri que o OESP havia sido expropriado de seu dono durante o Estado Novo, então me questionei sobre qual seria a posição partidária de seus diretores nas eleições presidenciais de 1945? Quais seriam suas posições quanto ao PTB, o Movimento Queremista e Dutra? Assim, surgiram as idéias e percepções acerca do meu tema, o que procurarei tratar ao longo deste trabalho.

Logo, minha pesquisa será pautada na compreensão de alguns aspectos da política e da imprensa no Brasil na década de 1940, especificamente no ano de 1945.

A compreensão da situação do jornal no período em que se situa minha pesquisa é de extrema importância, pois quando me propus a estudar *O Estado de S. Paulo*, ainda não sabia que o momento compreendido era de intervenção estatal, pois o jornal foi expropriado pelo Estado Novo, e devolvido aos seus donos em 1945, como notamos no texto de Capelato. “Com a instauração do Estado Novo, os jornais sofreram os rigores da censura. *O Estado de S. Paulo* foi perseguido, depois expropriado e seu dono, bem como auxiliares diretos, seguiram para o exílio”. (CAPELATO, 1988, p.49).

A compreensão da história do jornal é de extrema importância, para isso é preciso fazer uma série de indagações sobre o periódico, como nos diz Capelato:

Para compreender a participação de um jornal na história, o pesquisador faz, de início, algumas indagações: quem são seus proprietários? a quem se dirige? com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes?

Com esses dados preliminares é possível delinear um perfil provisório do periódico eleito como objeto/fonte de estudo. O primeiro levantamento fornece pistas para definir os caminhos a serem investigados. (CAPELATO, 1994, p.13-14).

Algumas destas perguntas serão respondidas ao longo deste trabalho e, dessa maneira, procurarei aprofundar a análise sobre as agremiações que, nos anos de 1945 a 1964, configuraram-se como os grandes partidos políticos na cena nacional, conforme Ângela de Castro Gomes:

No período que vai de 1945 a 1964 três grandes partidos marcam a cena da política brasileira: o Partido Social Democrático (PSD); a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Convivendo com outras organizações partidárias de menor porte e de importância eleitoral mais regionalizada, não há dúvida de que PSD, UDN e PTB foram as organizações que dominaram o sistema partidário do país, um sistema que se tornara nacional justamente em 1945, quando esses partidos se formaram. (GOMES, 2002, p.1).

A disputa política, no ano de 1945, deu-se de forma extremada, principalmente por parte da UDN que pregava o anti-getulismo. O PSD possuía em sua base grande parte dos interventores estaduais e constitui-se como um partido de grande força político-partidária. Já o PTB não nasceu do acaso e sim da vontade política de seu líder ideológico: Getulio Vargas. Segundo Miguel Bodea, Vargas explicitaria de forma mais nítida sua visão do PTB na convenção estadual, realizada 11 de novembro de 1946, em Porto Alegre, quando descreveu o partido “como uma afirmação contra a máquina eleitoral montada em nome da liberdade política sacrificando a igualdade social”. Ainda segundo o mesmo autor, no discurso de Vargas:

A missão do PTB seria, portanto, de garantir a continuidade das “conquistas de 1930”, principalmente a legislação trabalhista, que Vargas e seus seguidores acreditavam ameaçadas pelas forças políticas liberal-conservadoras. A criação e o fortalecimento de um partido de massa urbano tornava-se, nesta visão, a única maneira de contrabalancear estas forças e evitar que o parlamento fosse totalmente dominado pelos partidos vinculados à estrutura de poder das oligarquias liberal-conservadoras. (BODEA, 1992, p. 151).

Assim sendo, o PTB surge, no dizer de seus idealizadores, com o intuito de consolidar as forças sindicais como uma de suas principais bases e, conforme Gomes, o partido já nasceu “sob chancela governamental, tendo como palco de articulação principal o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e como grande figura o então chefe do Estado Novo, o Presidente Getúlio Vargas, no poder desde 1930”. (GOMES, 2002, p.1 - 2).

Nesse contexto, a importância de seu líder ideológico é marcante, conforme Bodea:

Getúlio Vargas é, certamente, o principal personagem político de todo o período 1930-45 (e, quiçá, até 1964), articulador de um projeto político nacional global que, evidentemente, ultrapassa não apenas as fronteiras geográficas do Rio Grande do Sul, mas também os limites político-partidários do PTB. (BODEA, 1992, p. 139).

De maneira semelhante, o carisma de Vargas junto ao operariado e às massas urbanas constituíam uma grande força política que deveria ser administrada para se contrapor às forças liberal-conservadoras. Dessa forma, o PTB poderia ser pensado em seu surgimento como: “(...) uma dinâmica de mobilização popular potencialmente progressista, seria a criação de um grande partido de massas urbano que mobilizaria o

voto operário e popular contrapondo-o às máquinas eleitorais notáveis”. (BODEA, 1992, p. 150)

Assim, esta pesquisa busca compreender as análises realizadas pelo jornal *OESP*, apontado por Capelato como um veículo da “grande imprensa” (CAPELATO, 1994, p.15), observadas por meio de suas matérias sobre os acontecimentos políticos, em especial relacionados à imagem de Dutra e a posição do PTB. Conforme José Luiz Braga, “a interpretação de um dado artigo é assim enriquecida por uma compreensão do campo de forças em que ele inscreve no jornal” (BRAGA, 2002, p. 327). Está é a busca que faço por meio da análise deste jornal, compreender as forças políticas nele atuantes, por meio da seção *Situação Política*, surgida em 27 de fevereiro de 1945 e por mim analisada até o dia 4 de setembro, quando o PTB adere à candidatura de Dutra.

O objetivo deste trabalho é analisar as peculiaridades do contexto político dos meses de fevereiro a setembro, o surgimento do Queremismo, observando a atuação do *OESP* na busca de cooptação dos participantes desse movimento para que viessem a votar em Dutra.

No Primeiro Capítulo, contextualizei o cenário político nacional, iniciando com a “Revolução 1930”, por meio de uma ação civil-militar que levou Vargas a assumir a liderança de um Governo Provisório. Desta forma, realizei uma revisão da bibliografia especializada, da qual destaco: a chegada de Vargas ao poder em 1930-33, as manifestações contra o Governo Provisório, o Governo constitucional de 1934-37, o golpe do Estado Novo, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a política do Ministério do Trabalho, com ênfase na atuação do ministro Alexandre Marcondes Filho, o Queremismo, a oposição a Vargas no fim do Estado Novo, destacando a presença de outro partido político, a União Democrática Nacional (UDN).

Esta revisão se embasa em autores como Angela de Castro Gomes, Maria Celina D’Araujo, Jorge Ferreira, Dulce Pandolfi, Maria Victória de Mesquita Benevides e Maria Helena Rolim Capelato.

O Segundo Capítulo, intitulado “*O Estado de S. Paulo e as eleições*”, está subdividido em dois itens:

No primeiro, trato da história do *OESP*, suas ideologias, o posicionamento político de seus donos e diretores e o contexto de sua expropriação.

No segundo, procuro analisar como o *OESP*, tentou construir um mito na figura do General Eurico Gaspar Dutra, apresentando-o como democrata, devido ao comando das tropas brasileiras durante a Segunda Guerra, na qual ele teria organizado o Brasil na luta contra as ditaduras européias, sendo assim o candidato que teria maiores condições de defender a democracia.

O Terceiro Capítulo, intitulado “*O Estado de S. Paulo e os trabalhadores*”, é subdividido em três itens:

O primeiro, “a campanha de Dutra e o Queremismo”, apresento a forma como o jornal se mostra em relação ao Queremismo por meio das aparições do tema em seus editoriais.

No segundo, “*O Estado de S. Paulo e o PTB paranaense*” observo como o jornal buscou, por meio do PTB paranaense, a construção de uma base de apoio para tentar caracterizar Dutra como o candidato dos trabalhadores.

No terceiro, “*Desdobramentos do pleito de 1945*”, apresento o resultado das eleições presidenciais.

## Capítulo I - O Primeiro Governo Vargas, uma breve contextualização.

O objetivo desse capítulo é fazer uma contextualização histórica sobre o Governo Vargas, desde a tomada do poder em 1930, até a sua deposição em 1945. Assim, construirei este texto enfocando estes quinze anos no quais Vargas esteve frente ao governo da nação.

Quando pensamos em Getúlio Vargas, geralmente o que nos vem à mente é imagem de líder populista, autoritário e que governava o Brasil de forma a criar uma base de apoio ao seu projeto político, sendo muitas vezes apresentado como um governo que primava pela busca de um ideal nacionalista, para levar o Brasil a atingir o progresso.

A partir deste projeto político, e baseando-se em idéias nacionalistas que surgiam no mundo do pós Primeira Guerra (destacando a influência do nazismo Alemão e fascismo Italiano) Vargas chegou ao poder em 1930 por meio de um movimento armado que mudou os rumos políticos do país. Assim, Vargas começou a fazer sua política, como diz Maria Celina D'Araujo.

Nos anos 30, passou a atuar como único chefe da nação e, em nome de um projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como chefe de Estado e projetou-se como líder popular, como populista e como estadista.(D'ARAUJO, 1997, p. 10).

O regime implantado por Vargas e seus apoiadores desfrutava de uma base de apoio sólida, contudo sem conseguir neutralizar a oposição. Destacamos o caso dos militares que apoiavam Vargas para que este se estabelecesse no poder. Já o jornal *O Estado de S. Paulo* apoiara Vargas no início, porém logo a aliança se desfez, pois Vargas nomeou o tenente João Alberto, que nem paulista era, para Interventoria de São Paulo e isto fez com o jornal passasse de apoiador do Governo Provisório à oposição, junto com os representantes do PRP (Partido Republicano Paulista), que fora extinto e reunia em si a elite paulista, pois o Estado de São Paulo era considerado a “locomotiva da nação”, por se tratar do estado mais rico do país, exigindo do Governo Federal a convocação de eleições para formar uma Assembléia Constituinte, que iria escrever uma nova Constituição para o País.

Está reivindicação da oposição paulistana culminou, em 9 de julho de 1932, em uma guerra civil, conhecida por Revolução Constitucionalista de 1932, que foi rapidamente reprimida pelo governo com a ajuda do Exército, que até então poderia ser denominado como principal base de apoio ao governo provisório.

A Revolução Constitucionalista de 1932 pode ser caracterizada como o incidente mais grave ocorrido durante o Governo Provisório, mostrando que a oposição estava atenta aos movimentos Varguistas e a sua preocupação com a questão política do País.

Desta forma, em 1933 houve eleições para a formação da Assembléia Constituinte, que logo iniciou os trabalhos para a formulação da Constituição que seria promulgada em 1934. Esta mesma Assembléia elegeu Getúlio Vargas presidente da República

Durante o ano de 1935, surgiu um movimento armado, liderado por Luís Carlos Prestes, pejorativamente chamado de “Intentona” Comunista, este objetivava a derrubada de Vargas e a implementação de um governo popular, liderado por Prestes e por seus companheiros da então extinta Aliança Libertadora Nacional, ANL. Contudo, o objetivo não foi atingido, como podemos notar nas palavras de Dulce Pandolfi,

Depois da rebelião, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos os considerados opositores do regime. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, inclusive deputados, senadores até mesmo o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, um dos principais articuladores da Revolução de 1930. (PANDOLFI, 2006, p.32).

O que se torna claro após o fracasso do movimento armado é o fortalecimento do Executivo, como podemos notar,

A despeito do fracasso, a chamada revolta comunista serviu de forte pretexto para o fechamento do regime. A partir de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. (PANDOLFI, 2006, p.33).

Os poderes ampliados do Executivo permitiram que o governo mantivesse seus opositores afastados, permitindo montar a base de apoio à decretação de uma ditadura, tudo isso justificado em nome do combate ao comunismo.

Mesmo com estas questões de segurança nacional, e o governo sempre se referindo ao perigo comunista que cercava o país, as eleições marcadas para 1938 ainda estavam mantidas, embora houvesse a tentativa, sem sucesso, do chefe do Executivo de prorrogar o próprio mandato.

Assim, em 1937, o Brasil viveu o início do novo rumo das políticas varguistas, inspirando-se nos regimes nazifascistas que conduziam à Europa em direção ao nacionalismo extremado. Nesta linha ideológica, Vargas decretou o Estado Novo, no qual ele próprio se colocava como chefe da nação para conter a ameaça comunista.

Nas palavras de Maria Celina D'Araujo, o chefe maior da nação comunicou ao povo o fechamento do congresso nacional.

Em 10 de novembro de 1937 Getúlio comparece a uma estação de rádio e anuncia que o país ganhara uma nova Constituição, que o Congresso estava sendo fechado e que a partir desse momento ele se transformava em chefe absoluto da nação. (D'ARAUJO, 1997, p.27).

Como foi dito, o Estado Novo configurava-se como uma ditadura que possuía o nacionalismo como bandeira, influenciado por movimentos nacionalistas como o nazismo e o fascismo. Está influência que os estados nacionalistas europeus possuíam sobre o Brasil foi de destacada importância, tanto que a polícia estado-novista, dirigida por Filinto Muller<sup>2</sup>, possuía claras influências da Gestapo<sup>3</sup>. Esta aproximação aos regimes nazifascistas começou a se fragilizar com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra.

Como o Brasil possuía laços comerciais tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos, ambos começaram a exigir que o governo brasileiro se posicionasse em relação ao conflito mundial.

Uma das grandes forças do Estado Novo era a propaganda, quando o Governo declarou finalmente apoio aos Aliados, propagandeou que tal decisão dava-se por conta de uma negociação, no tocante a recursos para a execução de obras de infra-estrutura do país, alegando ainda que a entrada do Brasil na Guerra era de importância estratégica para o programa governamental que visava o aprimoramento da indústria e do Exército Brasileiro.

O grande interesse dos Estados Unidos era o uso do Nordeste Brasileiro como posição estratégica, a fim de evitar os avanços nazifascistas sobre a América Latina, e da proximidade do Nordeste brasileiro com o Norte Africano, além de instalar bases de apoio

---

<sup>2</sup> Chefe da polícia política do Distrito Federal nos anos de 1933 a 1942. Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/filinto\\_muller](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/filinto_muller) acessado em 26/03/2010.

<sup>3</sup> Polícia política Nazista.



ao conflito que se estendia na Europa, como podemos notar nas palavras de Angela de Castro Gomes:

As cartas da barganha política estavam na mesa. Elas consistiam, por parte dos Estados Unidos, no interesse pelo Nordeste brasileiro como local para instalação de bases militares estratégicas, e por parte do Brasil na obtenção de recursos materiais visando à instalação do projeto siderúrgico de Volta Redonda e o reequipamento do Exército (GOMES, 1988, p. 198).

Entretanto, a entrada do Brasil no conflito pode ser vista como uma contradição do regime, pois a Guerra era travada contra as nações autoritárias e o Brasil estava vivendo uma ditadura declarada desde 1937, que de fato levou os grupos opositores ao regime a ressurgirem sob uma nova aura, pois este começou a mostrar sinais de enfraquecimento sem, contudo, perder o controle político. Além do mais, como enfatiza Angela de Castro Gomes, “não se deve assimilar o fato de ser pró-aliado com uma postura antiautoritária”. (1988, p. 198).

Desta forma, notamos que a entrada na Guerra deu um novo “ar” para a oposição e mostrou a contradição interna do Regime, entretanto, não afetando em muito a governabilidade. Assim, o Governo começou a efetivar sua política social, destacando-se a legislação trabalhista.

Para compreender melhor a relação do Estado Novo com os trabalhadores é preciso retomar alguns momentos pré-estadonovistas. Durante os anos de 1935 a 1937 o Brasil atravessava um momento de grande efervescência política, destacando-se a presença de grupos esquerdistas e o governo, alegando uma ameaça comunista, declarou a lei de segurança nacional, que definia como crime atividades ditas subversivas ou que ferissem a ordem política e social. É preciso assinalar que naquele período o país viveu sob estado de sítio/guerra, tendo sido criado um Tribunal de Segurança Nacional<sup>4</sup> (GOMES, 1988, p. 191). Fato este que permitiu que o governo conseguisse neutralizar a oposição organizada, seja por meio de prisões ou simplesmente pela repressão realizada pela polícia política comandada por Filinto Müller, permitindo ao presidente reorganizar sua base de apoios e decretar o Estado Novo, em 11 de novembro de 1937.

Com o Estado Novo já consolidado, o governo começou a implantar medidas que visavam alcançar o operariado, a fim garantir legitimidade ao regime. Assim, em 1943, foi instituída a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que era a união, reorganização e

---

<sup>4</sup> Tribunal de exceção responsável por processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais.

revisão das várias leis que já haviam sido promulgadas ao longo do governo, desde 1930. Dessa forma, a instituição da CLT, foi um grande passo desta política social, pois significou a concretização legal de anos de reivindicações por parte dos trabalhadores. Conforme Capelato,

Está medida representou, de um lado, o atendimento das reivindicações operárias que foram objetivo de imensa luta da categoria por várias décadas e, de outro, o controle através do Estado, das atividades independentes da classe trabalhadora, que acabou perdendo sua autonomia através do controle estatal. (2006, p.120).

Vale destacar também que para obter os direitos assegurados pela CLT, como salário mínimo, férias, limitação da jornada de trabalho, entre outros, o operário deveria possuir o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e estar vinculado a um sindicato. Dessa forma, a CTPS tornou-se o documento que lhe garantia a cidadania. Nas palavras de Capelato, essa seria a “nova cidadania introduzida pelo regime – a cidadania do trabalho. Era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era documento de identidade mais importante” (2006, p.122).

A relação do Estado Novo com os trabalhadores foi muito forte, e para compreendê-la temos que pensar sobre a atuação que o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio<sup>5</sup> exercia sobre os meios operários e como ele difundia a política de ordem social, que era uma das principais bandeiras do Ministério e do próprio governo.

Antes da fundação do Ministério do Trabalho, todas as relações referentes ao mundo do trabalho eram tratadas pelo Ministério da Agricultura, o que indica o distanciamento do governo para com os trabalhadores. O Ministério do Trabalho foi fundado em 26 de novembro de 1930, sendo uma das principais iniciativas do governo recém-estabelecido, que procurava se mostrar diferente da antiga república oligárquica então suplantada, enfatizando sua preocupação com a “questão social”.

Com a entrada do Brasil na Guerra, e as prováveis mudanças políticas, quando o conflito acabasse, assumiu o Ministério do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, em 1942, com a responsabilidade de divulgar aos trabalhadores os benefícios implantados ao longo do governo Vargas, mas principalmente após 1937.

---

<sup>5</sup> A condução do Ministério do trabalho foi ocupada, em sua cronologia, pelos seguintes ministros: Lindolfo Leopoldo Boekel Collor (26.11.1930 a 04.04.1932), Joaquim Pedro Salgado Filho (06.04.1932 a 25.07.1934), Agamenon Sérgio Godóy de Magalhães (26.07.1934 a 25.11.1937), Waldemar Cromwell do Rêgo Falcão (25.11.1937 a 13.06.1941), Dulphe Pinheiro Machado<sup>5</sup> (13.06.1941 a 29.12.1941), Alexandre Marcondes Machado Filho (29.12.1941 a 29.10.1945).

A figura de Marcondes Filho começou a ser amplamente conhecida, assim como as propostas trabalhistas e sociais do Estado Novo e do próprio Vargas, como parte de um plano estratégico adotado pelo Ministro para atingir a população brasileira, comunicando-lhe os avanços na legislação trabalhista e estreitando os laços do Ministério com os trabalhadores. Assim, o Ministro passou a ocupar um espaço de tempo no programa radiofônico “A Hora do Brasil”, todas as quintas-feiras, para falar aos “trabalhadores”. Conforme Angela de Castro Gomes:

Em janeiro de 1942 o novo ministro do trabalho passou a ocupar, todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa “Hora do Brasil”, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e irradiado pela Rádio Nacional. (1988, p. 229).

Com este novo recurso visava-se atingir o operariado, e aqui não me refiro apenas aos que integravam os grandes centros urbanos, mas também as pequenas cidades localizadas no interior dos estados, ou seja, a figura do Ministro e do Governo chegavam a todos os lugares onde a Rádio Nacional possuía cobertura.

Outro detalhe importante realizado pelo Estado Novo e que Marcondes Filho, com o programa e os editoriais dos jornais, procurou difundir era a idéia de levar à política a todas as classes, com intuito de acabar definitivamente com as práticas da Primeira República, uma vez que nela apenas a elite possuía participação ativa nos meandros políticos e, desta forma, o foco do regime era mostrar-se à população como “verdadeiramente democrático”, diferenciando-se da democracia “meramente formal” da Primeira República.

Entretanto, esta participação das classes antes excluídas não se daria no campo político partidário, pois, lembrando, o Brasil estava sob uma ditadura. Assim, a participação destas classes dar-se-ia no âmbito da consciência daquilo que o Regime adotava enquanto política, principalmente, como citado acima, a política social, que prezava pela inclusão por meio do trabalho e pela proximidade do governo com os trabalhadores, pois, como lembra Gomes, “Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio”. (1988, p. 230).

Vale destacar o nome escolhido para o programa radiofônico conduzido por Marcondes, enfatizando a preocupação com uma classe: os trabalhadores, o programa denominava-se “Falando aos Trabalhadores Brasileiros”, mostrando que era um programa

direcionado. Contudo, não podemos pensar que as palestras realizadas pelo Ministro ficassem restritas aos trabalhadores, temos que lembrar que o ministério não era apenas do Trabalho e ele era também da Indústria e do Comércio, como podemos notar na observação de Angela Castro Gomes:

Já que o ministério – como lembrava freqüentemente Marcondes – era também da Indústria e do Comércio, cumpria destinar certas falas a notícias sobre esta esfera administrativa. Elas sempre foram em número bem menor, não só porque o público do programa era por excelência de trabalhadores, como porque a própria política do ministério vinha contemplando o tratamento da questão social. (1988, p. 232).

Marcondes Filho também estava presente em outro ponto importante da condução do país, ele acumulava o comando do Ministério da Justiça e Comércio Interior, diga-se de passagem, sempre de forma interina<sup>6</sup>. Neste caso, é bom recordar que na maior parte deste período, Marcondes era, portanto, um dos principais responsáveis pela condução da política nacional. (GOMES, 1988, p. 233), findando sua participação no Ministério da Justiça, com a posse de Agamenon Sérgio Godóy de Magalhães, que também havia ocupado o Ministério do Trabalho entre 26 de julho de 1934 e 25 de novembro de 1937.

Agamenon ficou responsável por conduzir o processo de redemocratização, Lembrando que, em 1945, a Segunda Guerra estava chegando ao final e as pressões sobre o Estado Novo aumentavam cada vez mais, levando ao seu enfraquecimento. A partir de 1942, com a entrada do Brasil na Guerra, a preocupação interna volta-se para a causa operária, tendo e vista que o Estado Novo difundia muito sua política social,

Se a legislação social era um meio de acabar com a pobreza, era um expediente necessário que, associado a outras medidas, poderia dar ao trabalhador uma situação mais humana e cristã, conforme aconselhava a doutrina social da Igreja desde a *Rerum Novarum*<sup>7</sup> (GOMES, 1988, p. 214-215).

A partir daquele momento, Marcondes Filho começou a se preocupar com a questão do corporativismo sindical. Com seu programa radiofônico, ele passou a difundir a idéia do sindicalismo como parte desta política social, pois, com a filiação a um sindicato, os benefícios seriam maiores, e esta bandeira da filiação começou a ganhar mais força, e o objetivo desta política de filiação, divulgada maciçamente pelo governo

<sup>6</sup> Essa acumulação de cargos ocorreu em dois períodos: o primeiro entre 17.07.1942 e 23.02.1943 e o segundo entre 27.03.1943 e 03.03.1945.

<sup>7</sup> Encíclica do Papa Leão XIII sobre a condição dos operários.

era, segundo Gomes, “defender a ampliação dos efetivos sindicais, esclarecer que o trabalhador devia procurar o sindicato, pois só assim receberia assistência jurídica e médica” (1988, p.275).

Além da preocupação com este assistencialismo, promovido pelo sindicato, havia também a busca por novas lideranças “(...) treinar líderes que, como bons administradores, também compreendessem o espírito da legislação sindical, tudo isso constituía a parte pragmática de uma política mais global de afirmação do corporativismo” (GOMES, 1988, p.275).

Está política de valorização da filiação ao corporativismo, iniciada por Marcondes Filho, tinha por objetivo declarado difundir as informações as quais os trabalhadores em geral não tinham acesso, logo, se evidenciava a baixa adesão de trabalhadores aos sindicatos, questão que precisava ser solucionada para que a governo pudesse realmente contar com uma base de legitimidade.

A iniciativa radiofônica do ministro funcionava ainda para difundir o mito Vargas e a presença do Estado Novo. Na visão do Ministério, os trabalhadores não sabiam quais benefícios poderiam alcançar e isso explicaria a baixa adesão (poder associativo) dos sindicatos. Segundo Gomes,

Os próprios funcionários da administração do Ministério do Trabalho reconheceram a inexistência de sindicatos representativos e atestaram o fato de que os trabalhadores, desconhecendo os benefícios materiais que poderiam angariar através da filiação sindical, mantinham-se desinteressados em filiar-se (1988, p. 276).

A questão do sindicalismo e do corporativismo começou a ser mais interessante para o regime, haja vista, que seu enfraquecimento era visível após a entrada na Guerra, sendo esta uma forma de manter, segundo o ideário do regime, as bases sociais implementadas pelo Estado e evitar a volta a um liberalismo como o que existia antes da Revolução de 1930 e esta adesão das massas trabalhadoras, no entendimento do governo, deveria ocorrer por meio dos sindicatos.

Para aumentar o número de sindicalizados, Marcondes Filho e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), lançaram campanhas que visavam propagandear as políticas sociais e os benefícios que os sindicatos trariam a seus associados. Para colocar estas campanhas ao alcance dos trabalhadores, o recurso mais utilizado foi o rádio, que alcançava a maior parte do território nacional.

Assim, é possível notar que o interesse do Estado não era apenas o de propagandear seus feitos, mas havia também a preocupação com a difusão das idéias do corporativismo brasileiro que estaria ancorado nos sindicatos.

Desta forma, objetivo da propaganda do corporativismo brasileiro no pós-42 não era mais simplesmente criar uma massa que seguisse a proposta do Estado por ausência de alternativas. Era, em certo sentido específico, mobilizar, preparando lideranças e criando seguidores. (GOMES, 1988, p.277).

E, ainda conforme a mesma autora,

Nas palavras de Marcondes realiza-se uma transformação significativa. Com base praticamente no mesmo argumento doutrinário, o corporativismo passa a ser defendido em outro tom, sobretudo a partir do ano de 1944. Nesta ocasião, estava claro que após o término da Segunda Guerra, a estrutura interna do Estado Novo teria que ser transformada e que a defesa de uma “democracia autoritária”, nos moldes mencionados tornavam-se uma tese muito difícil. (GOMES, 1988, p. 278).

Quando pensamos em propaganda política massiva, observamos que o Estado Novo foi pioneiro no Brasil em sua realização e o Ministério do Trabalho utilizou-se deste meio para atingir os trabalhadores e criar uma imagem de um Estado, personificado em seu dirigente máximo, que se preocupa com o bem estar dos cidadãos, contribuindo para a criação e difusão do mito de Getúlio Vargas como “pai dos pobres” e como criador da política social no país.

Com a crise do Estado Novo, o Brasil começou a viver uma nova cena política que tornou possível a reorganização partidária, além do surgimento de manifestações anti estadonovistas. Assim, em final de 1944, o Estado Novo estava próximo de seu fim, como o próprio Vargas declarou em 31 de dezembro de 1944, no tradicional banquete de passagem de ano, oferecido pelas Forças Armadas. Segundo Gomes e D’Áraujo, “Getúlio anunciava oficialmente à nação a breve execução da reforma constitucional, necessária para a igualmente breve realização de eleições que reconduziriam o país à normalidade democrática” (1989, p. 11).

Dessa forma, Vargas necessitava de um político de influência para gerir a transição, nomeando então para o Ministério da Justiça o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães. A influência de Agamenon Magalhães era de fato reconhecida, seja pela fidelidade quando ele ocupou cargos ministeriais ou em sua administração na interventoria do Estado Pernambucano (GOMES, 1988, p. 200).

Magalhães chegou ao Ministério com a missão de conduzir o país à redemocratização, mesmo antes de assumir as funções de ministro ele já influenciava as medidas de condução de tal processo. Uma destas relações é o dado de que, em 28 de fevereiro de 1945, foi promulgada a Lei Constitucional nº 9, que levava seu nome, e fixava o prazo de 90 dias para que fossem realizadas eleições e a elaboração de uma Lei Eleitoral e, no dia 9 de março, Agamenon instalou uma comissão para elaboração do novo Código Eleitoral. Segundo Gomes,

Quando esta se reuniu pela primeira vez, Agamenon transmitiu-lhe uma orientação básica conformada em cinco pontos, entre os quais estava a adoção do alistamento simples e *ex-officio*. Os demais eram: o voto secreto; justiça eleitoral autônoma; apuração rápida e imediata e partidos nacionais. (GOMES, 1989, p. 13).

Destes comentários de Angela Castro de Gomes, podemos notar algumas diretrizes que eram influências do Estado Novo e como Agamenon procurou implementar estas medidas. A primeira delas foi a o alistamento simples e *ex-officio* que era “um procedimento que possibilitara a inscrição eleitoral em blocos de pessoas que pertencem a organizações, como sindicatos, institutos previdenciários e outras associações” (GOMES, 1989, p.12), além de permitir que os sindicatos organizados pelo Ministério do Trabalho, durante a gestão de Marcondes Filho, concorressem às eleições, possibilitava ainda a candidatura de Getúlio Vargas para a presidência da República.

Os demais itens, como o voto secreto; justiça eleitoral autônoma; apuração rápida e imediata e partidos nacionais, possibilitariam findar com os partidos regionais, fraudes eleitorais, ou seja, as relações políticas da Primeira República com as quais a Revolução de 1930 propôs-se a acabar.

Assim, Agamenon era responsável por conduzir a política de redemocratização e buscar evitar ao máximo uma ruptura que poderia levar a perda dos benefícios que o Estado Novo havia implantado.

Durante o processo de redemocratização ressurgiram os partidos políticos, podendo-se destacar três deles como os maiores e mais influentes: PTB, PSD e UDN.

Podemos caracterizar o surgimento do PTB como o partido criado pelo Ministério do Trabalho, pois, a partir de sua influência, forneceria a principal fonte de filiados para esta legenda, ou seja, os trabalhadores.

O PSD também foi criado sob olhares do Estado, pois a sua base política estava calcada na presença dos Interventores estaduais, principalmente dos interventores de Rio de Janeiro (DF), São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Já a UDN surgiu em torno de negativas ao governo implantado por Vargas, logo, a grande bandeira da UDN no seu início foi o anti-getulismo. A sua fundação ocorreu no dia sete de abril de 1945. Conforme Maria Victória Benevides,

Havia uma definida bandeira política: a reconquista das liberdades democráticas. Havia uma promessa de eleições: a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Havia, sobretudo, um herói candidato, o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes (1981, p.24).

Foi com esta bandeira, da busca de liberdade, que a UDN, ao longo do processo de redemocratização, passou a agir para retirar Vargas do poder, e a busca de um herói sem mácula política era a melhor forma de vencer aquelas que seriam as eleições que colocariam fim ao mando Varguista e ao Estado Novo. Assim, surgiu a figura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, um remanescente, ele era um dos “18 do Forte de Copacabana” o que exaltava o ideal do herói que poderia livrar o país “das garras do Estado Novo”.

Dessa maneira, a UDN aglutinou em sua base de fundação, correntes de várias linhas ideológicas e políticos de extrema variedade, unidas pelo fato de estarem ao lado da UDN e contra Getúlio Vargas. Podemos destacar algumas figuras como Arthur Bernardes, ex-presidente da República, o mesmo que acabou com o levante conhecido como “18 do Forte de Copacabana”, no qual estava presente Eduardo Gomes, e agora aliados em busca de um objetivo político que era o mesmo, o fim do Regime Ditatorial; Adhemar de Barros, ex-interventor paulista durante o Estado Novo, Oswaldo Aranha ex-Ministro das Relações Exteriores, que havia deixado o governo em 1944. Dessa forma, “adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime”. (BENEVIDES, 1981, p. 29).

Contudo, as alianças que formaram a UDN logo começaram a ruir, principalmente quando as elites locais começam a organizar-se em partidos próprios, ou seja, lutar por suas próprias bandeiras e interesses. Porém, existia um problema quanto à legislação eleitoral, pois esta exigia a formação de partidos nacionais, que na verdade resumiam-se a que cada partido deveria estar presente em, no mínimo, cinco estados e possuir dez mil assinaturas para validar-se junto à Justiça Eleitoral. A UDN perdeu parte dos seus



integrantes para estes partidos menores que começaram a se reunir em volta das elites estaduais. Contudo, essa situação não chegou a acarretar a perda de sua força no cenário político nacional.

Assim, o processo de redemocratização estava em curso, porém as manifestações contra o Estado Novo não aconteceram apenas em 1945 como se pensa. Conforme Benevides,

A mobilização é intensa já nos primeiros anos da década de 40. Criaram-se associações e reativaram-se as já existentes: manifestos, jornais clandestinos, congressos, manifestações estudantis, tudo contribui para a construção de uma especial conjuntura, consolidada em 1945 como a redemocratização cujo o clímax será a deposição de Getúlio a 29 de outubro – e o fatal anti-clímax será a derrota do brigadeiro nas eleições de dezembro. (1981, p.33).

Algumas das mobilizações do período provêm dos estudantes que, com a entrada do Brasil na guerra, sentem-se mais à vontade para criticar a incoerência do Estado Novo, que está combatendo as ditaduras totalitaristas e vive uma ditadura em seu próprio país,

As manifestações estudantis intensificaram-se a partir de 1942, sob a liderança da UNE (União Nacional dos Estudantes), e suas seções estaduais, sobre tudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Pernambuco. (...) o primeiro semestre de 1942 será marcado pelo VI congresso da UNE e pela Semana Anti-Fascista, foruns [sic.] igualmente radicais na denuncia de um regime ditatorial interno, quando o país combatia o fascismo na Europa. (BENEVIDES, 1981, p. 33).

A partir deste trecho é possível notar que o regime não conseguia suprimir todas as manifestações pró-redemocratização, principalmente após 1942. Dado o contexto mundial, no Brasil o regime encaminhava-se para o fim. Na visão da UDN, o Brasil deveria ser entregue nas mãos do Judiciário, esta iniciativa foi tomada por parte de outro grupo de integrantes do partido: os intelectuais, no qual se destacam os professores universitários.

Em março de 1945 os professores da Faculdade de Direito subscrevem em manifesto (redigido por San Tiago Dantas) no qual acentuam a falta de legitimidade da Carta de 1937 e sugerem a entrega da chefia da Nação ao Judiciário, como efetivamente ocorreu a 29 de outubro. (BENEVIDES, 1981, p. 38).

O Estado Novo ruiu em 29 de outubro de 1945, por meio de um golpe de estado, Getúlio foi deposto, em seu lugar assumiu José de Linhares<sup>8</sup>, fato este que não permitiu

---

<sup>8</sup> Presidente do País de 29.10.1945 a 31.01.1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/infger\\_07/presidentes/jose\\_linhares.htm](http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/jose_linhares.htm), acessado em 24/05/2010.

que Vargas passasse a faixa presidencial ao próximo presidente, democraticamente eleito.

Porém, antes destes acontecimentos que depuseram Vargas, o Brasil viveu um momento de grande mobilização popular em função da abertura política do período.

O enfraquecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) possibilitou a veiculação artigos, reportagens e discursos nos meios de comunicações que faziam frente ao governo estado-novista. Assim, as manifestações se iniciaram, nas palavras de Jorge Ferreira, porque “em 22 de fevereiro José Américo de Almeida, rompendo o cerco da censura, concedeu entrevista aos jornais, exigindo eleições livres e exaltando a candidatura do Brigadeiro” (2005, p. 22).

Pouco tempo depois, a Lei constitucional nº9 seria promulgada, levando de fato o país ao caminho da redemocratização e, desta forma, a oposição foi se fortalecendo em direção a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes. Porém, ela não contava com a participação das massas populares durante os meses seguintes.

Na sequência imediata, o Brasil viveria um momento de grande efervescência política com um movimento que ficou conhecido como *Queremismo*, tendo por bandeira a candidatura de Getúlio Vargas à presidência ou ainda a busca por uma “constituente com Getúlio” o que, na visão dos participantes e, conforme a propaganda do Ministério do Trabalho, seria a garantia da manutenção dos benefícios “recebidos” a partir de 1930, e de que Vargas representava, em última instância, estes benefícios. Nas palavras de Ferreira,

Entre fins de fevereiro de 1945 [...] e 29 de outubro, com a deposição de Vargas, a sociedade brasileira, em pleno processo de democratização política, mobilizada em dois campos antagônicos, assistiu e participou de um movimento de massa, de proporções grandiosas, conhecido como *queremismo* (2005, p. 25).

Com o processo de redemocratização em marcha, poderia se pensar que a força política do “ditador” enfraqueceria e que ele estaria fadado ao fracasso, todavia não é isto que podemos observar, conforme Ferreira, “cai à ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador, vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem permanência de Vargas” (2005, p. 26).

O movimento *queremista* pode ser considerado uma demonstração de como a classe trabalhadora já estava interessando-se pela política, embora fosse um movimento popular, não podemos esquecer que havia por de trás dele uma participação estatal,

destacando a presença do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, e do DIP, que estava enfraquecido no âmbito da censura, mas não da propaganda, propaganda esta que foi toda direcionada ao movimento queremista. Além da participação estatal havia o interesse do empresariado que se beneficiou ao longo dos quinze anos da administração getulista. Ainda conforme Ferreira foi

Em abril que surgem pela primeira vez na grande imprensa as expressões “queremos”, “nós queremos” ou ainda “nós queremos Getúlio”. No mês seguinte, o movimento, de base popular, ainda sem direção e organização centralizada, e cujo único ideário político era a continuidade de Vargas no poder, espalhou-se por todo o país e, como que reagindo ao objetivo comum que unia as oposições – “Fora Getúlio”- pregavam tão-somente “Queremos Getúlio”. (FERREIRA, 2005, p. 31 e 32).

Não se pode esquecer que o movimento queremista, no início, não possuía bases políticas claras, ou um projeto político a não ser o “queremos Getúlio”. O movimento possuía corpo, mas não cabeça, isto é, uma cúpula que organizasse as bases do movimento.

Uma das condições que permitiu a disseminação do queremismo foi participação do empresariado, como o exemplo de Hugo Borghi, que enriqueceu durante o governo varguista. Assim, a sua participação deu-se da seguinte forma:

Borghi, getulista convicto, comprou três estações de rádio e, mais tarde alugou outras. Como os próprios homens do governo não rebatiam as críticas dos oposicionistas, começou a escrever textos em defesa de Vargas que eram lidos por locutores e, alguns dias mais tarde, ele mesmo tomou a voz aos microfones. (FERREIRA, 2005, p.33).

Assim, o queremismo tomava forma e fortalecia a defesa da permanência de Vargas, fazendo frente aos que queriam a sua deposição. A oposição, além de fazer críticas a Vargas, também questionava os recursos obtidos pelos queremistas, pois era possível notar a presença do dinheiro do empresariado e também do Estado, seja na compra ou aluguel de emissoras de rádio, seja na compra de espaços na grande imprensa para divulgar o movimento. De fato os braços desta aliança em torno do Queremismo eram claros. Entretanto, ainda conforme Ferreira,

O queremismo não foi simples criação do Ministério do Trabalho com suporte privado, como pregava a oposição. Sem a vontade política dos trabalhadores e a presença popular nas ruas, o apoio oficial e empresarial seria inócuo e condenado ao fracasso (2005, p. 33).

Assim, as manifestações populares em torno da permanência de Vargas foram aumentando de forma muito rápida, o que destaca a importância da propaganda e dos discursos a cerca do tema.

Além do mais, os trabalhadores eram as bases para o movimento, que se tornou mais forte dos meses de julho a agosto, quando as manifestações ganharam as ruas, e o movimento queremista já não podia ser visto como apenas uma onda formada por arruaceiros que pretendiam a permanência de Vargas. Com as diretrizes de organização, o queremismo tornou-se um movimento político.

As mudanças de julho para agosto, portanto, são significativas. Da simples personalização da política passou a reconhecer a necessidade da própria institucionalização da política, por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte. (FERREIRA, 2005, p.52)

Entretanto, para que Getúlio pudesse concorrer às eleições era preciso que ele se desincompatibilizasse do cargo, o que não ocorreu. Dessa forma, “com grande frustração, os queremistas chegaram no dia 3 de setembro sem verem Vargas se desincompatibilizar do cargo. Definitivamente, ele não seria candidato”. (FERREIRA, 2005, p.52).

Vargas não se lançou candidato à presidência, e nem concluiu o processo de redemocratização, pois, em 29 de outubro, foi deflagrado o golpe de estado que o deporia. Segundo Gomes e D’Araujo,

A situação precipitava-se cada vez mais, e a nomeação de Benjamim Vargas para a chefatura de polícia do Distrito Federal funcionou como gota d’água a extravasar as já ensaiadas conspirações. Estas envolviam, entre outros, os ministro da guerra (Góis Monteiro), o candidato do governo (general Dutra), além de contarem com aval do embaixador americano no Brasil. Nada especificamente, senão todo o processo político do rescendendo a continuísmo, conduz ao 29 de outubro. Getúlio, mais do que o Estado Novo, estava saindo do poder (1989, p.26).

Isto indica a existência do medo em relação ao velho ditador, que poderia estar arquitetando um novo golpe, levando o país a mais um período de continuísmo. Desta forma, tanto a oposição quanto os antigos aliados, juntamente com as forças armadas depuseram Vargas e Instauraram um governo provisório, no qual o poder foi entregue ao chefe do Judiciário, José de Linhares.

Essa longa revisão parece-me necessária para a compreensão de como as políticas orquestradas pelo Estado Novo motivaram disputas futuras, principalmente os benefícios sociais, os quais serão uma das plataformas da campanha de Dutra, como candidato da continuidade dos benefícios sociais.

## Capítulo II – O Estado de S. Paulo e as eleições

### 2.1. O jornal *O Estado de S. Paulo* uma breve história

Como foi dito, para a realização deste trabalho, utilizei, como fonte documental, o jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), e dessa forma é preciso situar, ainda que brevemente, este veículo e sua história.

O OESP surgiu durante o Império, lançado no dia 4 de janeiro de 1875, sob o nome de *A Província de S. Paulo*, e somente em janeiro de 1890, depois de proclamada República e feita a alteração dos nomes das unidades federativas, é que começou a circular com o seu nome atual.

De acordo com Capelato e Prado, o jornal possuía claras idéias do seu objetivo “a permanente e sempre reiterada preocupação política do jornal de – para além de sua função informativa – se apresentar como ‘órgão modelador de opinião publica” (CAPELATO & PRADO, 1980, p. XIX).

O jornal foi fundado por 16 sócios que possuíam como objetivo a criação de um veículo de imprensa republicana. Em 1902, Júlio de Mesquita tornou-se o único proprietário do diário. Durante sua administração o OESP colocou-se como um defensor de idéias liberais<sup>9</sup>, realizando sistemática oposição aos governos federais e estaduais. Segundo Maria Helena Capelato:

Na década de 20 fortaleceu-se em São Paulo um movimento de oposição ao governo da Primeira República. Setores liberais atuaram através da imprensa, educação e partidos, procurando nesses campos, produzir novas elites dirigentes e formar a consciência nacional. (CAPELATO, 1989, p. 12).

Mesmo sendo defensor do liberalismo e crítico dos governos constituídos, o jornal não se declarava como órgão de nenhum partido político:

Júlio de Mesquita, mesmo enquanto membro atuante do PRP, recusou a idéia de transformá-lo em órgão do partido, fato que se repetiu quando da criação do Partido Democrático, agremiação a que deu seu apoio, sem

---

<sup>9</sup> Sobre a ideologia liberal Ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

consentir, entretanto que “OESP” se tornasse seu órgão oficial [...] consideravam que a não vinculação aos governos e partidos lhes permitia exercer livremente, o papel de críticos da situação vigente, na crença de que nas democracias ‘a imprensa é o único tribunal capaz de chamar a contas os governos que abusam’ (9-10-1929). (CAPELATO E PRADO, 1890, p.24).

Nesse sentido o OESP pode ser considerado objeto de propagação de preceitos liberais dos quais seus proprietários eram ferrenhos defensores. Porém, no período de 1926 a 1938, o jornal esteve sempre em contradição com seus preceitos liberais, defendidos ao longo das décadas de 1910 e 1920, sendo essa a questão que pretendo abordar ao longo deste capítulo.

Em 1926, a Reforma Constitucional, promovida pelo Governo de Arthur Bernardes, fortaleceu o poder do Executivo e restringiu a liberdade de imprensa, o mesmo acontecendo no governo de seu sucessor, Washington Luis, o que levou o periódico a criticar ainda mais o projeto republicano adotado pelo Brasil.

O OESP defendia uma reforma eleitoral que possuía como principal bandeira o voto secreto e a moralização política do país e, na campanha de 1929, o jornal se identificou com a Aliança Liberal, que propunha a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

Antes mesmo da indicação de Vargas a presidente, o periódico já vinha o elogiando e, segundo Capelato & Prado:

A atuação de Getúlio Vargas na presidência deste Estado [RS] também foi elogiada. A repressão às fraudes eleitorais a garantia do direito de participação política às oposições eram aprovadas como medidas que indicavam uma tendência renovadora, e, nessa medida mereceram aplausos do jornal. (1980, p.31).

Com os descontentamentos com os rumos políticos do Brasil, o OESP viu na Aliança Liberal uma oportunidade de quebra da política dos governadores<sup>10</sup>, e a implementação de um governo que prezasse os ideais liberais, além da moralização da política nacional. Para tal “O ESP” apoiou o movimento e foi favorável à chapa Getúlio Vargas/João Pessoa”. (CAPELATO & PRADO, 1980, p.35). Em São Paulo, além desse jornal, a Aliança Liberal possuía apoio do Partido Democrático (PD) que era oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP).

---

<sup>10</sup> Aqui me refiro a política em que São Paulo e Minas Gerais revezavam na presidência da república, sempre com apoio um do outro que eram os dois maiores colégios eleitorais do país.

Com a derrota de Vargas e a morte de João Pessoa a “Revolução” eclodiu e os representantes do jornal a consideraram como uma opção para reestabelecer a ordem e a moralidade. Com a vitória, a “Revolução de 1930” entregou o poder do Executivo a Vargas, tendo início o Governo Provisório. O OESP continuou a apoiá-lo:

A situação pós-revolucionária inspirava cuidados, e os liberais temiam que as dificuldades econômicas pudessem agravar o problema social. Diante desse quadro, o OESP apostou na política de Vargas, esperando que ela pusesse freios aos conflitos. (CAPELATO & PRADO, 1980, p.109).

O alinhamento político entre o OESP e o Governo Provisório teve vida efêmera, pois Vargas nomeou um interventor militar e não paulista o que fez o que o PD passasse a ser crítico do Governo, sob a alegação de traição, como podemos ver na análise de Capelato e Prado:

Após a vitória da Revolução, o governo foi confiado a um interventor militar – João Alberto – com o que muito se ressentiu o PD, pois em acordo preliminar com Getúlio Vargas, ficara acertado que a direção de São Paulo seria entregue a Francisco Morat. Dessa maneira, a revolução já começava, para o PD sob signo de traição (1980, p.40).

Mesmo com esta nomeação, o OESP não foi contra de imediato, pois acreditava que essa situação seria transitória e, além do mais, o Interventor cooptou pessoas ligadas tanto ao PD quanto ao periódico, como podemos notar, ainda segundo Capelato e Prado:

O ESP” não manifestou seu descontentamento por acreditar que essa medida seria transitória. Além disso, a constituição do primeiro secretariado amenizou suas apreensões, pois João Alberto chamou para integrar seu governo elementos de confiança do jornal: Plínio Barreto, então redator chefe de “O ESP” foi designado a ocupar o cargo de secretário da Justiça (...) por estas circunstâncias, o jornal acatou favoravelmente os primeiros atos do interventor. Entretanto, logo após a renúncia desse primeiro secretário, surgiram nas páginas de “O ESP” os primeiros sinais de oposição que iria culminar no levante de 1932. (1980, p.41).

Descontente com a política do Governo provisório, o jornal começou a realizar oposição, pois “no início de 1931, já era visível a decepção do jornal com o movimento revolucionário que vinha representado a negação de seu projeto político”. (CAPELATO & PRADO, 1980, p.42).

A decepção em relação à política estadual e federal fez com que o jornal se posicionasse em favor da “Revolução Constitucionalista de 1932” e apoiasse a luta armada, porém a vitória não veio e o movimento foi reprimido pelas forças federais em

apenas quatro meses de resistência. Julio de Mesquita Filho, agora proprietário<sup>11</sup>, foi exilado, retornado ao país no ano seguinte.

Em 1935 o “perigo comunista” fez com que o OESP apoiasse as medidas adotadas por Vargas, pois era preferível um Executivo forte e que defendesse os interesses da propriedade, do que um governo comunista que iria totalmente contra os interesses dos liberais, como podemos notar em uma declaração feita pelo Jornal:

Tão grandes são os entreves que o liberalismo da constituição opõe à votação da lei, realmente asseguradora das instituições e da ordem social, que se o comunismo não for agora aniquilado, haverá necessidade, talvez, de se provocar a *emenda* de vários textos constitucionais. Se for preciso ir até lá, vamos sem hesitação. A salvação publica a tudo sobreleva. Se ela impuser, além de outros, o *sacrifício de princípios doutrinários*, que a tornam incerta e precária, façamos esse sacrifício (OESP, 5-12-1935. Apud CAPELATO & PRADO, 1980, p.59).

Ainda de acordo com as autoras o jornal acreditava que o comunismo deveria ser reprimido:

Nesta linha, o “O ESP” concordou com a necessidade de uma lei de segurança nacional antes do levante comunista e, após, acatou todas as medidas repressivas tomadas pelo governo: a nova Lei de Segurança Nacional mais rígida, o estado de sítio, o estado de guerra e a própria reforma da Constituição. Como que insatisfeitos, os representantes do jornal advogaram ainda, para além dessas medidas institucionais, uma ampla campanha de contrapropaganda, no sentido de alertar a “opinião publica” sobre o perigo comunista (CAPELATO & PRADO, 1980, p. 107).

O periódico sempre se colocou como uns dos maiores críticos do fortalecimento dos governos de Washington Luis e Arthur Bernardes, por outro lado, em face da ameaça do comunismo, não considerou uma agressão a centralização do poder, pois o fortalecimento do Governo era visto como necessário. Dessa forma, “O ESP nunca levantou a voz contra qualquer ato menos recomendável do governo; muito pelo contrário, considerava a lei de segurança nacional insuficiente” (CAPELATO & PRADO, 1980, p. 58).

O jornal apoiava as medidas adotadas pelo governo, provavelmente por acreditar que este estaria no fim, pois as eleições estavam programadas para 1938. Para aquele pleito, o periódico já apoiava a pré-candidatura de Armando de Sales Oliveira, que renunciou ao cargo de interventor para concorrer nas eleições presidenciais.

Para o OESP, Armando de Sales Oliveira era o candidato ideal, pois também seguia os ideais liberais defendidos pelo periódico. Contudo, as pretensões do veículo

---

<sup>11</sup> Em 1927 Julio de Mesquita faleceu, deixando o jornal para Julio de Mesquita Filho.



foram arruinadas pelo golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo e, segundo Capelato e Prado:

Desta forma ruíam silenciosamente as pretensões de “ O ESP” de levar ao poder, pela primeira vez um candidato cujo programa político traduzisse seu pensamento. Após o Golpe, evidentemente, a censura coibiu qualquer manifestação contrária ao novo estado de coisas por parte da imprensa. Armando de Sales de Oliveira foi confinado em Minas gerais, seguindo depois para o exílio no exterior. (CAPELATO & PRADO, 1980, p. 65).

A liberdade de imprensa foi reprimida durante o Estado Novo e o DIP realizou o controle da Imprensa. Esse controle era tamanho que o Departamento chegou a expropriar o jornal, como vemos no texto de Maria Helena Capelato:

Em março de 1940, a redação do OESP foi ocupada pela polícia militar sob alegação de que ali havia armas escondidas. O jornal foi tomado, para logo depois reaparecer subordinado ao DIP, dirigido por Abner Mourão, antigo diretor de o Correio Paulistano (1989, p.27).

Assim, o jornal, durante os anos de 1926 a 1937, viveu momentos de ambiguidade, nunca vendo seus ideais liberais alcançarem o governo do país, além de oscilar no apoio às medidas governamentais, principalmente após 1930. Julio de Mesquita Filho continuou a se opor ao regime instaurado e logo foi exilado, perdendo o controle de seu jornal.

## 2.2 A tentativa de construção do mito Dutra pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Com a instauração do Estado Novo, a imprensa do país esteve sob o jugo governamental, sendo especialmente controlada pelo DIP. Os opositores foram duramente censurados fato que não ocorrera na Revolução Constitucionalista de 1932, pois, segundo Capelato “Após a derrota do movimento, os jornais paulistas não foram impedidos de circular, prosseguindo normalmente em suas atividades”. (1989, p. 27).

Porém, com o golpe de 10 de novembro 1937 a repressão abateu-se sobre a imprensa e, diferentemente do que ocorrera em 1930 e 1932, impediu-se “a livre manifestação dos órgãos de imprensa durante todo o período da ditadura” (CAPELATO, 1989, p. 27).

No caso do jornal de Julio de Mesquita Filho, a censura foi mais severa, chegando a expropriá-lo, em março de 1940, sendo interessante notar, entretanto, que o OESP não foi empastelado<sup>12</sup>. Essa medida pode-se dever ao fato deste periódico ser um dos mais importantes do país e, a partir de 1940, ele que fora de oposição desde a Revolução Constitucionalista, passaria, sob intervenção, a engrossar a lista dos jornais pró Estado Novo.

Contudo, este período foi renegado na história do jornal e isso pode ser confirmado na leitura de seu *website* que noticia a comemoração, em 1975, dos 100 anos de sua existência, da seguinte forma: “No ano seguinte, no dia 4 de janeiro o jornal "O Estado de S. Paulo" completou 100 anos de existência e comemorou apenas 95 de vida, ignorando os cinco anos em que foi dirigido pela ditadura de Getúlio Vargas (1940-45)”<sup>13</sup>.

É interessante notar, na posição do OESP, o fato dele ter apoiado Vargas, em 1930, mas logo depois, não vendo suas expectativas realizadas, se opor ao regime e encabeçar a revolta de 1932, sendo Julio de Mesquita então exilado, porém sem perder propriedade do jornal, contudo logo depois com o “perigo comunista” o OESP voltou a apoiar as medidas adotadas por Vargas contra o comunismo. Assim pode-se concluir que a gota d’água contra Vargas foi o golpe de 1937 e a não realização de eleições, a expropriação foi a resposta do governo às críticas feitas pelo jornal.

---

<sup>12</sup> O empastelamento consistia em quebrar todo o maquinário do jornal.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>: acessado em 26 de agosto de 2010.

Logo depois da expropriação, o jornal voltou a circular, tendo Abner Mourão como diretor de redação nomeado pelo DIP. Desta forma, o jornal passou a ser um dos meios de comunicação do Estado Novo.

Com o enfraquecimento do Estado Novo, as manifestações políticas tornam-se mais intensas, seja pela oposição, na figura da UDN, seja na situação com PSD e PTB. Durante o processo no qual Vargas anunciou que iria encaminhar o país à redemocratização, no dia 24 de fevereiro de 1945, pela primeira vez vê-se, no OESP, alguma notícia acerca dos movimentos políticos nacionais, com o seguinte título “o primeiro e decisivo passo”. No dia 27 de fevereiro de 1945 é publicada, pela primeira vez, a seção que embasará a análise das discussões que realizarei de agora em diante, intitulada “a Situação Política”.

Assim, no dia 27 fevereiro de 1945 a Situação Política republica um artigo do jornal *A Manhã*, de 30 de julho de 1942, contendo um discurso de Oswaldo Aranha, abordando questões sobre o Estado Novo e, antes do artigo de Aranha, o editor, enfatiza sua importância: “pela grande oportunidade de suas afirmações, que valem como excelente resposta a certas interpretações increpações [sic] do momento, é com especial apreço que *A Manhã* os republica hoje Ei-las” (OESP, 27/02/1945).

No artigo, Aranha abordou questões como, “as grandes conquistas do regime”, “a verdadeira democracia”, “os grandes momentos nacionais não saíram das urnas”, a própria república não foi uma vitória eleitoral”, “o presidente ao lado dos grandes vultos da história”. Isto vinha contribuir para o prestígio de Vargas, lembrando que ele não devia ser deixado de lado, até mesmo porque o jornal ainda era gerido pelos mesmo que foram empossados nos cargos pelo DIP, ou seja, o OESP ainda era um veículo de Imprensa vinculado ao Estado Novo, sendo interessante perceber que Oswaldo Aranha já havia deixado o Governo, e estava alinhado com a UDN, mas seu discurso foi muito bem utilizado pelo DIP em favor do Estado Novo enfraquecido, sem mencionar a informação da saída de Aranha do Governo.

O que abordarei daqui em diante será a construção do mito Dutra nas páginas do OESP, pois até aqui a busca pela valorização do Estado Novo aconteceu principalmente através do discurso de Aranha, mas, segundo o OESP, Dutra iria dar continuidade às políticas estadonovistas, só que agora a democracia seria o “carro chefe”.

O diretor do OESP, Abner Mourão, era integrante do PSD e isto pode demonstrar em que medida o jornal foi colocado à disposição do candidato Eurico Gaspar Dutra e do seu partido, isto pode ser confirmado, pois no dia 09 março de 1945, pela primeira vez, a seção a Situação Política falou sobre Dutra, sendo até o dia 03 de setembro de 1945 (data limite desta pesquisa), o seu nome abordado em 109 editoriais, salientando-se que em momento algum o nome Dutra foi negativamente citado ou questionado no jornal, pelo contrário, sendo em geral extremamente elogiado.

A imagem de Dutra começou a ser construída pelo jornal em um artigo escrito por Vinicius da Veiga que não se encontra na Situação Política, mas que se inclui aqui por se tratar de um artigo que possui claros objetivos de veiculação de uma imagem heróica de Dutra. O artigo intitulado “o General Eurico Dutra – símbolo e programa de uma epoca [sic]” (OESP, 09/03/1945).

Neste editorial o autor fala da grandeza de Dutra, nas lutas travadas pelo Brasil e da preocupação com os soldados brasileiros, e afirma:

O General Eurico Dutra é um homem acostumado a meditação e disciplina, ao contrario de certos ex-ministros e demagogos, e só permitiu que os brasileiros enfrentassem a luta, depois de treinados materialmente para ela, e, também, depois, de terem gravada no cérebro e no coração, bem nítida, a razão de nossa entrada no conflito, ou seja, a necessidade de integrar o Brasil, não meramente na comunhão platônica [sic] das nações, e que é fácil prometer nas Conferencias Internacionais (OESP, 09/03/45).

Em outro ponto da reportagem havia quase um anúncio da pré-candidatura de Dutra, no qual se lia:

O Exército, como ainda dentro em breve testemunhará, pela sua palavra ansiosamente esperada, o General Dutra não é um perigo para a democracia. O perigos que possivelmente que a ameaçam estão, creio eu, com aqueles que se proclamam, a todo pretexto, rebentos das fileiras do povo e sabem falar a ele com a boca adocicada pelo mel de uma linguagem falsa, baseada na inspiração criativa do medo e da desconfiança, que geram germes de monstros e material em todos escaninhos da alma e do corpo da nação. O Exército não. Dele só podemos esperar garantias e segurança e absoluta neutralidade diante dos debates políticos pelos nossos direitos constitucionais e estabilização de um poder legitimo o futuro (OESP, 09/03/45).

Não se pode esquecer o fato de Dutra ser o Ministro da Guerra e de o Brasil ainda estar em Guerra, assim, todo este apelo que o artigo faz a Dutra, o coloca como defensor da democracia na Guerra, e dentro do país. A seção apresenta Dutra como uma figura

que possui todas as condições de manter a democracia e a constitucionalidade do país, assim sendo, o anúncio formal de sua candidatura não vai demorar muito para acontecer.

No dia 14 de março de 1945, na capa do jornal, que geralmente era ocupada por notícias da Guerra, apareceu uma reportagem com a seguinte manchete “Lançada por São Paulo e Minas Gerais a Candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República”. Dizia a reportagem sobre o apoio recebido por Dutra: “foi subscrita pelo Sr. Fernando Costa<sup>14</sup>, Benedito Valadares<sup>15</sup> e as mais expressivas figuras do cenário político e das forças produtoras do Estado”. Ou seja, os interventores estaduais de São Paulo e Minas apresentavam a candidatura Dutra como sendo bastante prestigiada, ressaltando-se o fato de que estes eram os dois estados da federação com os maiores colégios eleitorais<sup>16</sup>.

O editorial ainda afirmava que: “há muito que não se registrava na história do Brasil um acontecimento de tão transcendental importância política como a reunião que se realizou nos Campos Eliseos” (OESP, 14/03/45). Isso pode mostrar a preocupação do OESP em fazer de Dutra um símbolo da democracia e de demonstrar a força das adesões a sua candidatura.

Já a seção a Situação Política daquele dia falou da repercussão da notícia sobre a candidatura de Dutra, na qual se pode ler:

Os matutinos aparecem com abundante noticiário sobre o assunto, prendendo a atenção não só nos meios políticos, mas de todas as esferas. Aguardava-se com ansiedade o manifesto que indicaria o nome do ilustre brasileiro para suceder ao Sr. Getúlio Vargas, como Chefe da nação. (OESP, 14/03/45).

Aqui podemos notar que o periódico apresenta a candidatura de Dutra como um acontecimento único, no qual exaltação ao candidato é evidente. Esta atitude pode ser vista como uma forma de mostrar à sociedade que Dutra reunia em torno de si um apoio amplo e geral, que podia ser presenciado em qualquer lugar do país.

Nesse sentido, a seção a situação Política do dia 12 abril 1945, fala das “adesões à candidatura de Dutra” e agradece às manifestações de solidariedade, aqui é possível notar a influência do jornal, pois este publica alguns telegramas recebidos por Dutra.

---

<sup>14</sup> Interventor de São Paulo.

<sup>15</sup> Interventor de Minas Gerais

<sup>16</sup> Aqui me refiro ao potencial eleitoral que São Paulo e Minas Gerais poderiam angariar durante o alistamento eleitoral, ainda não iniciado quando Dutra lançou-se como candidato à presidência.

Ainda nesta exaltação à imagem de Dutra, o jornal no dia 17 abril 1945, publica um seção a Situação Política, intitulado “o General Eurico Gaspar Dutra, resistencia fisica [sic] e capacidade de trabalho”, que diz:

“militar cem por cento, o General Dutra não cuidou somente do aprimoramento intelectual. A guerra exige homens fortes, rijos de alma e corpo. [...] é madrugador, por habito e por gosto. Desde que assumiu a pasta da Guerra, chega ao seu gabinete antes das sete horas.[...] O General Dutra não sabe fazer as coisas pela metade. É exato e completo, mesmo nos assuntos de menor importacia[sic] [...] um repórter que o acompanhou em longa excursão nos transmitiu um depoimento que merece ser divulgado.[...] o General, ocupado da manhã a noite, não apresenta o mínimo sinal e cansaço. Tendo se recolhido tarde, ainda de madrugada reiniciava suas atividades. E no mesmo ritmo[sic], decorreu toda a excursão (OESP, 17/04/45).

Desta forma, é possível notar que a tentativa de construção do mito Dutra embasa-se no ideal do homem trabalhador, daquele que não conhece a preguiça ou o cansaço, cujo objetivo maior é o trabalho pelo Brasil. A posição dos diretores d'OESP pode ser observada por meio dos editoriais que o apresentavam como o exemplo a ser seguido, como o verdadeiro homem público e defensor da democracia, além disso, o periódico mostrava a aceitação da campanha por todo o país.

O Envolvimento do periódico na campanha pró Dutra era tão explícito que foi publicada, no número do dia 20 maio de 1945, uma reportagem sobre Abner Mourão, então diretor do OESP, que então se encontrava em Vitória para participar das reuniões do comitê eleitoral de Dutra, dizendo que: “o Dr. Abner mourão representará, nesse conclave o exmo. General Eurico Gaspar Dutra, candidato das forças políticas nacionais à suprema magistratura do país, para que foi especialmente convidado” (OESP, 20/04/1945). Ou seja, o diretor do jornal era então claramente apresentado como representante de Dutra.

No próximo capítulo tratarei dos aspectos que permearam os editoriais do jornal quanto a sua percepção do Queremismo e da participação política dos trabalhadores.

## Capítulo III O jornal *O Estado de S. Paulo* e os trabalhadores

### 3.1 A campanha de Dutra e o Queremismo

O general Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá em 1883, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1904. No mesmo ano participou da Revolta da vacina. Em 1902 ingressou na Escola preparatória e Tática de Rio Pardo, onde foi colega do então cadete Getúlio Dorneles Vargas.

Durante os levantes tenentistas Dutra os combateu, em 1930 foi convidado a participar da Revolução de 1930, convite que ele recusou. A aproximação com Vargas veio com a repressão ao Movimento Constitucionalista de 1932. Em 1936 foi nomeado Ministro da Guerra e ajudou a articular o Golpe do Estado Novo, tornando-se um dos homens fortes do regime.

No início da Segunda Guerra, Dutra era a favor do alinhamento com a Alemanha, o que não se concretizou. Contudo, após o alinhamento do Brasil com EUA foi Dutra quem conduziu o processo de organização e participação da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Com o fim do regime, Dutra foi nomeado pelo PSD como candidato à presidência da República.

A candidatura de Dutra precisou buscar o apoio dos trabalhadores, pois estes estavam sendo mobilizados pelos líderes quememistas à candidatura pró Vargas. O apelo à candidatura de Vargas dava-se com base na exaltação dos benefícios sociais, propagandeados como as maiores conquistas do regime, principalmente após 1942, quando o Ministério do Trabalho passou a agir constantemente nesse sentido e na formação de novas lideranças sindicais.

O prestígio de Vargas era tal, que as oposições tentaram, como estratégia política, desvincular os benefícios de sua figura. Conforme Ferreira, “sabedores de que, entre os trabalhadores, as leis sociais promulgadas por Vargas repercutiam de maneira positiva, as oposições insistiam em desvincular a imagem presidencial dos “supostos” benefícios que eles teriam recebido com a legislação trabalhista” (2005, p.23).

Já Queremismo tinha por base a continuidade de Vargas no governo, pois os trabalhadores associavam-na à manutenção dos benefícios, Vargas seria assim visto não apenas como o criador, mas também como guardião dessa legislação.

O Queremismo vinculou-se aos sindicatos e demais setores que queriam a permanência de Getúlio Vargas como chefe da nação, sendo seus momentos mais intensos os meses de julho a agosto, como podemos confirmar em Ferreira:

As mudanças, de julho para agosto, portanto, são significativas. Da simples personalização da política com a palavra de ordem “Queremos Getúlio”, o movimento passou a reconhecer a necessidade da própria institucionalização da política, por meio de uma assembleia constituinte. (2005, p. 52).

Mas, mesmo com as manifestações políticas, pró candidatura de Vargas, tornando-se mais intensas nos grandes centros, *O Estado de S. Paulo* não manifestava qualquer notícia sobre tais acontecimentos, o que indica que está campanha não interessava aos seus diretores ou que eles não queriam prestigiá-la, concedendo-lhe espaço no jornal, uma vez que eram defensores da candidatura de Dutra, então silêncio neste caso foi visto como a melhor opção, uma vez que a oposição sistemática ao movimento era o mesmo que ser opositor a Vargas, o que poderia conferir maior desprestígio à candidatura de Dutra, e o jornal tornara-se, cada vez mais, “cabo eleitoral” do General.

Contudo, o silêncio pelo qual o jornal optara, em certo ponto tornou-se insustentável e, na primeira vez em que fez referência ao queremismo, este foi apresentado como um fato isolado. O título dado à reportagem: “o povo dissolveu um comício da UDN”, mostra que se trata de manifestações políticas do povo contra a UDN e no corpo da notícia se lê:

O Ministro João Alberto deveria falar hoje aos jornalistas sobre o incidente ocorrido no comício da União Democrática Nacional em Vila Isabel. Devido a incontinência de linguagem dos oradores, que ao invés de fazer propaganda do seu candidato, timbravam em atacar com os mais pesados insultos o presidente Vargas, o povo dissolveu o comício que se realizava naquela localidade (OESP, 7/8/1945).

Esta notícia é uma clara manifestação queremista, que ocorreu no Rio de Janeiro, contudo, o jornal, não lhe dá grande destaque. A manifestação é apresentada como uma manifestação gratuita por parte do “povo”, além disso, não notamos que a notícia não estabelece qualquer ligação com o Queremismo, uma vez que a notícia é mostrada como um incidente político atípico.



Depois desta reportagem o jornal permaneceu 14 dias sem citar qualquer relação de manifestações populares ou de apoio a Vargas.

Mas, no dia 20 de agosto, foram organizados vários comícios pelos queremistas por todo o país, o mais significativo deles foi o realizado no Rio de Janeiro, quando ao final do comício os manifestantes dirigiram-se ao Palácio da Guanabara para falar com o chefe do Governo e manifestar o seu apoio a sua candidatura. OESP publica três reportagens que falam sobre esse comício Queremista, um dia depois da sua realização.

O jornal enfatizou aquele ocorrido no Rio de Janeiro, dividindo a cobertura em três partes que irei citar a seguir<sup>17</sup>. A primeira leva o título de “comício pró-candidatura Getulio Vargas”, narrando que:

Realizou-se hoje a tarde no Largo da Carioca, o anunciado comício pró-candidatura do Sr. Getulio Vargas a Presidência da República. Perante a Multidão que se reuniu falaram números oradores, todos focalizando a obra realizada pelo Presidente Getulio Vargas. O nome do Chefe do Governo era constantemente aplaudido e foi entre vivas e manifestações calorosas ao Presidente Vargas (OESP, 21/8/1945).

Nesta reportagem o jornal apresenta praticamente uma nota sobre o ocorrido, sem demonstrar grandes embates políticos, apenas apontando para o prestígio que Vargas possuía, não notamos nessa narrativa a presença de trabalhadores, ou mesmo a indicação de tratar-se de uma manifestação de cunho popular.

Além disso, a manifestação é apresentada no corpo do texto como “o anunciado comício”, dado curioso uma vez n’*O Estado de S. Paulo*, não houve qualquer notícia anterior sobre os comícios queremistas.

Já a outra reportagem possui o seguinte título “manifestação popular no Guanabara”, descrevendo que

Conduzido cartazes e dísticos, a massa popular chegou à residência presidencial às 20 horas e meia e erguendo vivas prolongadas. O oficial de serviço o capitão-aviador Carlos Alberto Lopes, veio ao jardim receber o povo. Fizeram então um apelo para que pedisse ao Presidente da República chegar a varanda, pois desejavam se desobrigar da missão que os oradores do comício lhes haviam delegado. Enquanto o Capitão-aviador Carlos Alberto voltou para a secretaria a fim de falar ao Sr. Getulio Vargas, os aplausos e as palmas aumentaram de intensidade (OESP, 21/8/1945).

Aqui o jornal faz referência ao desdobramento do comício, que acabou por chegar ao Palácio Guanabara, informando se tratar de um movimento popular, dado que foi

---

<sup>17</sup> As notícias foram escritas no dia 20 e publicadas no dia 21 de agosto.

suprimido na primeira reportagem. Além disso, podemos notar que o jornal mostra que tal manifestação deu-se por que os oradores que “delegaram” tal função à massa popular, o que pode indicar que o jornal utilizava essa informação para demonstrar que a população era incentivada a realizar tais atos, uma vez que o jornal até então havia citado apenas uma vez algo relacionado às manifestações populares ocorridas no dia 7 de agosto.

Até aquele momento o jornal procurava por todos os meios não legitimar o Queremismo, pois o crescimento do movimento ameaçava a candidatura de Dutra em prol da candidatura de Vargas.

Já a última parte da reportagem, com o título “o chefe do governo recebe o povo”, faz-se menção à recepção e diálogo de Vargas com o povo.

[...] em rápidas palavras agradeceu a homenagem, recordando que sempre procurara servir os interesses do povo. Já fazia 15 anos que governava o Brasil, então – perguntou – os manifestantes não achavam que tinha o direito de descansar. A massa popular interrompeu bradando. –“não, não! V. Exa. Não pode nos abandonar. O senhor Getulio Vargas prosseguiu e disse que não pretendia abandona-los, mas apenas descer as escadas do palácio para viver no meio do povo, de onde saíra, e que, juntos haviam de achar o caminho que os levaria a felicidade do Brasil. As afirmações do Chefe do Governo eram interrompidas de palmas e aplausos (OESP, 21/8/1945).

Aqui o jornal enfatiza a postura de Vargas em afirmar que não seria candidato à presidência, pois pretendia descansar. Outro ponto interessante, destacado nas falas de Vargas, era sua rememoração dos 15 anos de governo. Governo este que trouxe vários benefícios sociais e que elevou o carisma de Vargas e favoreceu o surgimento do Queremismo. Assim, as relações d'OESP com o Queremismo nunca foram de associação direta, uma vez que ambos, jornal e movimento, possuíam objetivos bem diferentes em relação à sucessão presidencial.

Quanto ao Queremismo, o jornal publicou ainda uma entrevista com Segadas Viana<sup>18</sup>, sobre a condição do PTB em relação à candidatura de Vargas.

-mas não é verdade que o Sr. Getulio Vargas será o candidato ao Partido Trabalhista? – não posso falar em nome do partido. O presidente Getulio Vargas é muito querido por todos os trabalhadores, por todo o povo. Sua obra político-social é indiscutível candidato ou não, na presidência da Republica ou como simples cidadão, ele será sempre o mais querido amigo dos trabalhadores que tem coragem de afirmar que não conhecem a palavra ingratidão com a sua orientação social marcharam unidos os

---

<sup>18</sup>Um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro.

proletários manuais e intelectuais, porque essa orientação sempre foi leal e patriótica. (OESP, 28/8/1945).

Nesta entrevista, Segadas Viana toca num assunto muito enfatizado pelos quereristas: os benefícios sociais, que também passaram a ser utilizadas na campanha de Dutra. Além disso, é possível notar que o PTB não se manifesta nem contrário e nem a favor da candidatura de Vargas, mas declara apoio dos trabalhadores para qualquer rumo que Vargas seguir.

Assim, para o jornal, o Queremismo representava uma relação de forças que poderia fazer a diferença na disputa eleitoral. Mas como trazer o apoio destes trabalhadores para a candidatura de Dutra? Uma forma possível seria apresentar Dutra como o candidato mantenedor das políticas sociais implementadas por Vargas, além de buscar o apoio do PTB, ou de parte dele.

Durante todo o Movimento Queremista notamos que OESP não realizou campanha pró candidatura de Vargas. Contudo, ao longo do movimento aumentaram as reportagens que colocavam o PTB em certa evidência, além de outras que abordavam justamente questões trabalhistas que, de acordo com o jornal, constavam no programa de Dutra, buscando afirmar Dutra como sendo candidato dos trabalhistas também.

Desta forma, o que proponho enquanto problema é que o jornal não se manifestou quanto à dimensão do Queremismo, mas as reportagens de aproximação entre Dutra e a causa trabalhistas indicam que o eleitorado pró Vargas não é totalmente deixado de lado pelo Estadão. Nesse caso pode-se questionar o motivo do Queremismo não ter sido amplamente divulgado pelo jornal.

A resposta para essa questão passa pela situação da candidatura de Dutra, naquele momento, em São Paulo e nos outros estados. Segundo Ferreira:

Dias antes do comício, nas sedes do PSD em São Paulo e no Recife, a Propaganda eleitoral de Dutra foi substituída pela de Vargas. Diversas alas do PSD declararam apoio político ao presidente. A candidatura de Dutra, até aquele momento sem empolgação alguma, ameaçava esvaziar-se por completo (2005, p. 47).

Mesmo com a ampla difusão de apoio, a candidatura de Dutra estava enfraquecida pelo Queremismo, desta forma, a busca por apoio desta parte do eleitorado - “os trabalhadores” - era algo fundamental para se conseguir a vitória no dia 2 de dezembro, pois tanto a UDN quanto o PSD disputavam os votos das classes médias e altas e os trabalhadores poderiam ser o elemento de desempate nesta balança.

Assim, o jornal não adere ao Queremismo e defende amplamente a candidatura de Dutra como “representante da maioria”, por isso começa a buscar questões sociais para serem discutidas, no dia 4 de agosto aparece na seção a *situação política* uma reportagem com o título “Reivindicações dos trabalhistas cabem nos quadros do PSD” esta talvez seja uma tentativa de deixar a candidatura de Dutra mais próxima do trabalhismo, pois a manutenção de Vargas defendida pelo Queremismo possuía por objetivo explícito a manutenção dos benefícios sociais.

### 3.2 – O Estado de S. Paulo e o PTB paranaense

Pelo exposto até aqui, percebe-se que a aproximação com o PTB é de extrema importância para a campanha de Dutra. Mas como conseguir apoio do PTB sendo que em São Paulo este partido, em sua maioria, apoiava a candidatura de Vargas?

A resposta vem do estado vizinho, o Paraná. Para manifestar apoio a Dutra não importa de qual sede estadual do PTB ele viria, o importante seria conseguir que um diretório do PTB se manifestasse como “pró Dutra”. Além do mais, o presidente da comissão nacional do PTB, Luis Augusto França, defendia a candidatura de Dutra, deparando-se, mais tarde, com outra vertente, liderada por Segadas Viana, que convocou uma nova convenção nacional, mudando todo o quadro de líderes do PTB, situação que dificultava a vinculação de Dutra ao PTB, mas mesmo assim o jornal publicou:

Tendo dado entrada ao seu pedido de registro no Tribunal Superior Eleitoral, o Partido Trabalhista Brasileiro, por intermédio de seu presidente Sr. Luis Augusto França, reinteirou a sua adesão á candidatura ao Sr. Eurico Dutra. (OESP, 19/08/1945).

Segundo D’Araujo:

Munido dos estatutos, de um programa e de todas as exigências legais, no dia 17 de agosto de 1945, Luís Augusto França requereu ao TSE o registro do PTB. A essa altura o partido possuía um Diretório Nacional Provisório composto de 30 sindicalistas, à frente dos quais estavam o próprio Luís Augusto França, como presidente [...] Enquanto se providenciavam o registro e a organização do partido, Luís Augusto França seguia para o Paraná a fim de promover a candidatura presidencial do general Dutra, lançada pelo PSD (1996, p. 28 e 30).

Esta viagem de Luís Augusto França ao Paraná é de grande importância para compreender o porquê, da adesão do PTB paranaense à candidatura de Dutra, o que será muito explorado pelo OESP.

Para conseguir o apoio do PTB e usar seu nome, não seria preciso utilizar o PTB em nível nacional, mas a exploração da imagem do PTB paranaense pode ser compreendida como está tentativa de fazer a campanha de Dutra adquirir um tom mais popular, além de tentar abarcar parte daquela massa de que o Queremismo dispunha.

Em entrevista ao jornal OESP, o presidente do PTB<sup>19</sup> Luís Augusto França disse:

---

<sup>19</sup> Até a convenção de 25 de agosto a 5 de setembro, quando a presidência foi ocupada por Paulo Beata Neves.

Acabo de chegar de Curitiba, aonde fui assistir a convenção trabalhista promovida pela União dos trabalhadores do Paraná, a fim de ingressar nos quadros do P.T.B. que, como se sabe, apoiará a candidatura Gaspar Dutra a Presidência da República. Os operários hoje estão organizando e na pior das hipóteses teremos 80% da massa trabalhadora do Paraná (OESP, 11/07/1945).

Com as disputas políticas em torno do PTB, e o seu primeiro presidente apoiando o PTB do Paraná pró candidatura Dutra, o jornal utilizará essa posição de forma clara, no mesmo dia 11, se pode ler:

A União Trabalhista no Paraná, reunindo cerca de 50.000 proletários, realizou em Curitiba, no último domingo segundo minucioso noticiário publicado pelo “o Estado de S. Paulo. Uma convenção de alta importância política. Essa convenção resolveu apoiar o nome do General Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República e o fez de modo mais significativo: depois de equacionar o valor do candidato com os legítimos interesses dos trabalhadores brasileiros. [...] o líder trabalhista Luis Augusto França, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro com o vivo apoio as assembleia, assim positivou as razões da solidariedade a candidatura eminente nacional General Eurico Gaspar Dutra (OESP, 11/07/1945).

Aqui se nota que a quantidade de operários presentes, citados pelo jornal, pode ser uma forma de comover os trabalhadores a aderirem à candidatura de Dutra, uma vez que a reportagem apresenta Dutra como “candidato com os legítimos interesses dos trabalhadores brasileiros”, e aqui o jornal não fala voltado para o Paraná, mas voltado para os trabalhadores brasileiros, o que evidencia a preocupação com um todo dos trabalhadores e não somente os do Paraná.

Toda e qualquer forma de ligar a imagem do PTB à candidatura de Dutra não deveria ser desconsiderada e sim explorada, pois gerava votos a Dutra, e o *OESP* mostrava-se cada vez mais empenhado na corrida presidencial.

Outra questão assinalável é que o jornal não deu destaque ao fato de que, como aponta Ferreira, “às 18 horas, de 20 de agosto, uma multidão tomou conta do Largo da Carioca, no Rio de Janeiro para participar do primeiro comício queremista” (2005: p. 44).

A falta de interesse, por parte do jornal, na cobertura do comício Queremista é um dado interessante, haja vista que no dia 22 de agosto, o jornal deu sinais de que o PTB, em âmbito nacional, não possuía nada definido.

Assim, o jornal publicou um comunicado do PTB na *Situação Política* dizendo que: “O P.T.B. ainda não tem candidato à Presidência da República, pois espera o resultado da convenção que se realizará no dia 2 de setembro na Capital Federal”.

(OESP, 22/8/1945). Desta forma a posição do Partido é claramente apresentada no jornal, mas isso não mudará sua relação com PTB paranaense.

O apoio do PTB paranaense ainda será amplamente enfatizado para caracterizar Dutra como candidato dos trabalhistas, a exemplo desta matéria intitulada “O P.T.B. e a candidatura de Dutra”, na qual lê-se:

Esteve em conferência com o General Dutra, na sede do P.S.D. o Sr. Milton Viana, delegado da seção do P.T.B. paranaense. O Sr. Milton Viana expôs[sic] ao candidato das forças majoritárias à presidência da Republica o que ocorreu em Curitiba por ocasião da convenção trabalhista ali reunida há um mês.[...] “A nossa convenção foi a primeira de todas até agora realizadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Reunimos todas as expressões mais significativas dos trabalhadores do Paraná e tivemos a iniciativa, no Partido de adotar a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à suprema magistratura do pais. (OESP, 25/8/1945).

Nesta reportagem podemos notar a busca de legitimidade à convenção paranaense, principalmente quando se destaca: “A nossa convenção foi a primeira de todas até agora realizadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro” está legitimação é necessária para mostrar que o PTB está com Dutra desde o início, mesmo sendo apenas o PTB do Paraná.

O apoio do PTB paranaense é claro nos editoriais, mas o interessante é a atitude do jornal quando o PTB adia a sua confirmação sobre a decisão de qual candidato seria indicado pelo Partido, notando-se a indignação dos editores quando, no dia 26 e agosto, é publicada a seguinte reportagem:

Podemos confirmar, com absoluta segurança, diz a nossa Sucursal do Rio, a notícia enviada sobre a realização, no dia 26, da anunciada Convenção do Partido Trabalhista Brasileiro. Essa cerimônia, que deveria ser realizar-se no Teatro Municipal com representação de todos os Estados Brasileiros, foi adiada para o dia 2, e depois para o dia 8 de setembro. A esse tempo estariam já desincompatibilizados todos os prováveis candidatos que exercem cargos oficiais. Ao partido, mal articulado, falta um pouco de disciplina vital nas agremiações políticas” (OESP, 26/8/1945).

A espera do PTB é vista pelo jornal como uma falta de articulação e disciplina, pois eles atrasam a convenção, esperando a decisão de Vargas.

Ainda na mesma reportagem há exaltação do PTB do Paraná, que é considerado pelo jornal um “núcleo perfeitamente coeso, constituído” o que mostra como o jornal conta com o apoio do PTB paranaense para a disputa do pleito como uma força política que irá contribuir para a candidatura de Dutra. E, continuando, a reportagem mostra porque apóia o PTB paranaense.

São visíveis as cisões e dissidências. Alias dentro do P.T.B. só havia um núcleo perfeitamente coeso, constituído fora dos sindicatos e com expressão eleitoral – o do Paraná. Esse não recua, nem de seu propósito, nem de seu candidato. A delegação que se encontra no Rio declarou, categoricamente, que os proletários paranaenses e todos os componentes da poderosa célula, que, de fato organizou o partido que se desfaz manterão a candidatura do General Eurico Dutra. (OESP, 26/8/1945).

O Uso do PTB paranaense nas reportagens do jornal procura demonstrar aos leitores que Dutra possui apoio desse núcleo do Partido que, de acordo com jornal, representa sua parte “coesa”, e confiável, pois este não abandonou a candidatura de Dutra, enfatizando ainda que nesse núcleo teria se originado o partido.

No dia 30 de agosto, o jornal publica nova reportagem, falando do congresso do PTB que estava se realizando no Rio de Janeiro, e ao longo da reportagem a imagem do PTB paranaense é mais uma vez utilizada. Segundo o jornal:

Logo na seção preliminar do congresso do Partido Trabalhista no Rio, a delegação do Paraná chefiada pelo Dr. Milton Viana propôs a adoção da candidatura nacional do General Eurico Gaspar Dutra, já lançada pela convenção regional de Curitiba. Está leal e corrente atitude, em correspondência com os mais altos interesses do Brasil, causou grande impressão. Tudo indica que o Partido Trabalhista, por todos os motivos, inclusive os da sua própria sobrevivência, chegará unanimemente a essa candidatura (OESP, 30/8/1945).

Neste trecho é interessante notar que o PTB paranaense é classificado como “leal” e por possuir “correspondência” com a candidatura de Dutra, logo, Dutra também poderia ser considerado “leal”. Outro ponto interessante é a afirmação de que, caso o PTB não apoiasse a candidatura de Dutra, poderia correr o risco de acabar. Para compreender está afirmação é preciso lembrar que a lei eleitoral exigia a formação de partidos nacionais e para tal eram necessárias dez mil assinaturas, em cinco estados diferentes, o que o PTB não conseguiu, pois a sua sede teria sido invadida e as listas roubadas. Para solucionar esse problema, segundo Gomes, “novas listas foram ‘tiradas’ do PSD” (2002, p.4).

A adesão à candidatura de Dutra estaria então quase certa, uma vez que o jornal estava ligado ao PSD, e estas informações provavelmente estariam a sua disposição, o que poderia explicar tal afirmação. Além do mais, é possível notar que a notícia possui um tom de quase adesão do partido graças ao discurso do líder paranaense, o que fortalece a visão de partido “sério” do PTB paranaense.



A partir deste dia, seguiram-se mais quatro da convenção nacional do PTB, o período de desincompatibilização chegou ao fim e Vargas, não a tendo realizado não poderia concorrer ao pleito de 2 de dezembro. Em relação a isso, o jornal publica uma longa reportagem, da qual cito uma parte:

**2ª indicação** – conseqüentemente, considerando que o Presidente Getulio Vargas, no seu memorável discurso de 1º de maio do corrente ano, falando aos trabalhadores do Brasil, declarou que o nome do General Eurico Gaspar Dutra se recomendava à consideração do povo, como candidato das forças majoritárias e como homem público de expressão moral inatacável, capaz de garantir à frente dos destinos da pátria, o prosseguimento da obra social e política já iniciada; considerando que, reiteradas vezes, por igual modo, o candidato General Eurico Gaspar Dutra terá assumido compromissos formais de manter, consolidar e desdobrar essa obra, relativamente ao amparo que desejamos aos trabalhadores de todas as categorias profissionais; considerando que a palavra empenhada do General Eurico Gaspar Dutra é uma segurança de que serão realizados as aspirações contidas no programa do Partido Trabalhista Brasileiro; e considerando, finalmente que Sua Excellencia, pela situação de General do Exército, organizador da FEB, é neste contexto indeciso para o mundo, o homem indicado e capaz de garantir ordem interna e a soberana nacional. INDICAMOS a ratificação do nome do General Eurico Gaspar Dutra como candidato do Partido Trabalhista Brasileiro à presidência da República, de acordo com as resoluções já tomadas na Convenção do Estado do Paraná, a que estiveram presentes representações autorizadas dos Estados da Bahia e de Santa Catarina, bem como o Presidente da Comissão Executiva Provisória do Diretório Central, todos unânimes em aplaudir as deliberações tomadas naquela convenção, em torno do nome do eminente soldado”. (OESP, 4/9/1945).

A adesão à candidatura de Dutra é finalmente aceita em nível nacional, mas o jornal faz ainda questão de mostrar que tal adesão já havia sido feita na convenção do Paraná, e agora que o Queremismo já havia chegado ao seu fim e Vargas definitivamente não seria candidato, os diretórios estaduais poderiam concentra-se na candidatura de Dutra e buscar apoio nos meios operários.

Pode-se então conjecturar que a aceitação da candidatura de Dutra pelo PTB só se deu porque Getúlio Vargas não seria candidato, tanto que está resolução, publicada pelo jornal, é de dois dias depois do período de desincompatibilização, ou seja, o PTB em nível nacional optou por não pronunciar-se até o dia 2 de setembro.

### 3.3 Os desdobramentos do pleito de 1945

Na disputa à presidência da República figuram o General Eurico Gaspar Dutra (PSD-PTB), o Brigadeiro Eduardo Gomes (PSD), e o Engenheiro Yedo Fiúza (PCB) como os grandes candidatos.

A candidatura de Eduardo Gomes era a que aparentemente mais empolgava, seja pelo apoio que lhe garantiam os meios de comunicação, seja simplesmente pelo anti-Varguismo, que unia várias tendências de oposição, embora não possuísse apelo popular.

Já a candidatura de Dutra não possuía mesma empolgação que do Brigadeiro, embora Dutra contasse com ampla adesão dos interventores estaduais, que em boa parte compunham os quadros do PSD, mas que, devido do Queremismo, esvaziou-se.

O candidato do PCB foi lançado de última hora, uma vez que o PCB estava também ligado ao Queremismo, ou a idéia de “constituente com Getúlio”, o que pode ajudar a explicar o fracasso da candidatura comunista.

Com a proximidade das eleições a vitória era incerta, mas as maiores chances eram de Eduardo Gomes, mesmo que Dutra estivesse coligado com o PTB, isso não lhe garantia adesão dos trabalhadores, principalmente pelo silêncio de Vargas, o grande líder trabalhista.

Contudo, o silêncio de Vargas foi quebrado e “o apoio de Vargas ao PSD, através do conhecido ‘ele disse: vote em Dutra’, foi decisivo” (GOMES, 2002, p.4). Esse apoio foi uma dos grandes trunfos de Dutra, uma vez que o carisma de Vargas e o apelo político dos líderes petebistas, garantiram-lhe a maior percentual de votos angariado em uma eleição presidencial até aquele momento. Segundo Ferreira:

Nas eleições de 2 de dezembro, Eurico Dutra, surpreendentemente e contrariando todos os prognósticos, obteve 55,39% dos votos, com uma votação maciça em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Eduardo Gomes conseguiu 35,74% dos votos; enquanto Yedo Fiúza amealhou 9,7% (2005, p.87).

O processo eleitoral garantiu a volta ao regime democrático que, após 15 anos, passou a contar com um novo elemento político, que a partir daquele momento não poderia mais ser desconsiderado: os *Trabalhadores*.

## Considerações Finais

As eleições de 2 de dezembro de 1945, foram muito significativas, pois o Brasil não realizava uma eleição direta para presidente desde 1929, quando Júlio Prestes foi eleito, mas não empossado, devido ao golpe de 1930 que entregou a Vargas o comando do governo provisório.

Esta eleição é significativa ainda porque marcou a efetivação da importância dos trabalhadores no cenário político, uma vez que antes de 1945 eles não eram os principais votantes, e as eleições, ao longo da Primeira República, não eram exatamente uma manifestação democrática, pois o voto não era secreto e as eleições eram frequentemente fraudadas.

Desta forma, este trabalho buscou analisar questões que surgiram naquele contexto político, uma vez que as eleições de 1945 foram marcadas por este novo agente político. Por isso, neste trabalho, me preocupei em apresentar as relações entre o jornal *O Estado de S. Paulo*, o PTB e o Queremismo, que caracterizavam um modo de pensamento político principalmente por parte do OESP, que buscou criar para Dutra a imagem de um líder democrata, que iria manter o país no rumo da legalidade e da ordem, assim como fizera liderando o Brasil na Guerra além de, mais tarde, vincular Dutra com a manutenção das políticas sociais varguistas. Além disso, o jornal não manifestou sua opinião em relação ao Queremismo, e apenas noticiou alguns acontecimentos procurando manter-se no terreno da “neutralidade”.

A principal questão deste trabalho foi explicar o motivo e as formas pelas quais o jornal procurou demonstrar o apoio do PTB a Dutra como candidato dos trabalhistas. Contudo, o que mais chamou atenção foi a imagem veiculada do PTB paranaense, que manifestara sua posição por Dutra, fato muito bem explorado pelo jornal, que inclusive defendeu a idéia de que este apoio foi de extrema importância para a decisão do PTB em nível nacional na adesão à candidatura do General.

Este trabalho abre uma porta que permite alguns questionamentos como, por exemplo, qual a importância do PTB paranaense no cenário político de 1945? Como era a

sua organização? Quais eram as influências de seus líderes? Como este partido se comportou ao longo de seus vinte anos? Estas são questões a serem analisadas no futuro e que poderão render algumas páginas de discussões em outro trabalho.

Uma pergunta que me fiz logo que iniciei este estudo foi sobre o tipo de notícia apresentada por um jornal de grande circulação em relação ao PTB? E se por acaso esses jornais teriam deixado de lado a candidatura de Dutra, em detrimento da possível candidatura de Vargas?

As respostas que encontrei são muito interessantes, uma vez que o *OESP* não noticiava muita coisa sobre o PTB, até o momento em que o Queremismo mostrou sua força e a de seus aliados, os trabalhadores, e aí o *OESP* passou a amparar-se no PTB paranaense.

Quanto ao esvaziamento da campanha de Dutra pelos grandes periódicos, esta não ocorreu no *OESP*, na verdade constatou-se o contrário, pois a campanha pró Dutra, pois desde a pré-candidatura até a desincompatibilização, o jornal mostrou-se “dutrista” o tempo todo.

Como é sabido, o *OESP* foi restituído aos seus donos, e surge aí uma nova problemática: qual será o comportamento dos Mesquita em relação ao governo Dutra? Além desta pergunta, acredito que o jornal tenha exercido influência na população a qual alcançava, infelizmente não encontrei dados como números de edições diárias, abrangência territorial, entre outros aspectos físicos do jornal.

Portanto, acredito que este trabalho responde algumas questões e levanta outras tantas, mas uma coisa pode-se afirmar: a existência de uma força política que os trabalhadores conseguiram construir ao longo dos quinze anos do Primeiro Governo Vargas e a sua importância no pleito Presidencial de 1945.

## Referências Documentais

*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, de 3/1/1945 a 21/9/1945, CDPH/UEL.

## Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 23-59.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande Do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 139-177.

BRAGA, José Luiz. “**Questões metodológicas na leitura de um jornal**”. In: PORTO, Sérgio D. (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2ª. Ed. Brasília: Editora da UNB, 2002, p. 321-334.

CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: Imprensa e ideologia: o jornal o Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

\_\_\_\_\_. **Os arautos do liberalismo imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: 2ª. Contexto/EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs). *O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006, p. 107-143.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 21-33.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 21-89.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988, p. 189-329.

\_\_\_\_\_. & D'Araújo, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_ **Uma breve história do PTB.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13 jul.2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos de 1930: as incertezas do regime.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs). O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006, p. 13-37.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.